

Pérola Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.629.945/0001-41 - NIRE 35.300.654.633

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
	NE	Controladora	Consolidado	2024	2023	NE	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	
Círculante						Em 31/12/2022	198.834	3.123	17.414	-	219.371	
Caixa e equivalentes de caixa	4	365	79	10.852	6.294	Lucro líquido do exercício	-	-	-	31.834	31.834	
Contas a receber	5	-	1.680	12.150	13.714	Destinação do resultado:						
Estoques	-	-	1.685	1.677	Constituição de reserva legal	13.b	-	1.593	-	(1.593)	-	
Dividendos a receber	18	6.660	9.078	-	-	Dividendos mínimos obrigatórios	13.b	-	-	(7.560)	(7.560)	
Impostos e contribuições a recuperar	232	189	440	448	Reserva de dividendos complementares	13.b	-	-	22.681	(22.681)	-	
Despesas antecipadas	-	-	585	475	Em 31/12/2023	198.834	4.716	40.095	-	243.645	-	
Outros	19	-	19	-	Aumento de capital	13.a	72.107	-	-	72.107	-	
	7.276	11.026	25.731	22.608	Distribuição de dividendos complementares	13.c	-	-	(5.728)	(5.728)	26.232	
Não circulante					Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	26.232	26.232	
Depósitos judiciais	-	-	388	388	Destinação do resultado:							
Depósitos restituíveis (caixa restrito)	6	-	12.641	11.613	Constituição de reserva legal	13.b	-	1.312	-	(1.312)	-	
Investimento	7	329.504	323.391	-	-	Dividendos mínimos obrigatórios	13.b	-	-	(6.230)	(6.230)	
Imobilizado	8	-	491.964	506.601	Reserva de dividendos complementares	13.b	-	-	18.690	(18.690)	-	
Intangível	8	-	34.822	35.426	Em 31/12/2024	270.941	6.028	53.057	-	330.026	-	
Ativo de direito de uso	9	-	142	-								
	329.504	323.391	539.815	554.170								
Total do ativo	336.780	334.417	565.546	576.778								
Passivo												
Círculante												
Contas a pagar	10	-	5	6.233	5.367	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS						
Empreéstimos e financiamentos	11	-	76.610	16.869	93.612	Controladora	2024	2023	2024	2023		
Impostos e contribuições a recolher	6	6	1.726	1.543	Consolidado	2024	2023					
Obrigações trabalhistas	518	-	518	-	Atividades operacionais	NE	2024	2023	2024	2023		
Dividendos a pagar	18	6.230	14.151	6.230	14.151	Lucre antes do IRPJ e da CSLL	26.232	31.834	30.086	35.305		
Arrendamento	9	-	-	182		Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado nas atividades operacionais						
Outros	-	-	29	256	Depreciação do imobilizado e amortização de intangível	8, 15	-	-	15.337	15.313		
	6.754	90.772	31.605	115.111	Outras receitas (despesas) operacionais	9, 15	-	-	146	215		
Não circulante					Resultado financeiro	7	28.042	33.592	4.237	19.927		
Empreéstimos e financiamentos	11	-	-	203.710	217.852	Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	11, 16	-	-	19.887		
Provisão para demandas judiciais	12	-	-	205	170	Resultado financeiro	11, 16	1.247	1.714	1.247	1.714	
	-	-	-	203.915	218.022	Lucro antes do IRPJ e da CSLL	8	-	-	4	509	
Patrimônio líquido	13	270.941	198.834	270.941	198.834	Provisão para demandas judiciais	12	-	-	35	(433)	
Capital social					Amortização da despesa de contratação (Aumento) redução nos ativos operacionais	11	-	-	178	178		
Reservas de lucros					Outros	(19)	1	(19)	13	-		
	59.085	44.811	59.085	44.811	Aumento (redução) nos passivos operacionais							
	330.026	243.645	330.026	243.645	Contas a receber	1.680	(1.680)	1.564	(2.713)			
Total do passivo e do patrimônio líquido	336.780	334.417	565.546	576.778	Estoques	-	-	(8)	36			
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS					Impostos e contribuições a recuperar	(43)	93	8	26			
1. Contexto operacional: A Pérola Energética S.A. ("Pérola" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, na cidade e estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a participação em outras Companhias como sócia, quotista ou acionista, em especial em Companhias que possuam como objeto as atividades relacionadas à exploração, produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e de créditos carbono gerados em razão dessas atividades. Em 13/10/2021, a Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.748, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas para a entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, as PCNs Verde 4 e PCH Verde 4 tiveram os prazos de outorga estendidos para 18/01/2049 e 07/02/2048, respectivamente. Contudo, após publicação destes resultados, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) reconheceu que o ajuste do marco inicial de vigência das outorgas, determinado pela Lei 14.120, afetaria a extensão de prazo originalmente disposta na Resolução Homologatória nº 2.931/2021. Desta forma, em 14/06/2022, por meio do Ofício nº 036/2022-SRG-SRG-SCG/ANEEL, a ANEEL determinou que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) recalculasse os prazos de extensões das outorgas das usinas afetadas, o que possivelmente resultaria em nova extensão de prazo a ser homologada pela ANEEL. Em 15/08/2023, após recálculo da CCEE, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.242/2023, que aprovou definitivamente a metodologia de cálculo da extensão do prazo das outorgas hidrálicas participantes do MRE. Como último passo administrativo, em 10/10/2023, foi publicada a Resolução Autoritativa 14.896/2023, que aprovou a extensão do prazo de outorga da PCH Verde 4 e Verde 4 para 09/05/2049 e 08/02/2049, respectivamente. O prazo da autorização das PCNs podia ainda ser prorrogado uma única vez por mais 30 anos, em atendimento aos critérios estabelecidos pela Lei nº 12.783, de 11/01/2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17/11/2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21/09/2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23/10/2019.												
PCH	Potência em MW	Autorização ANEEL	Local	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	
Verde 4A	28,00	194/2005	Águas Claras - MS			Controladas diretas						
Verde 4	19,00	193/2005	Águas Claras - MS			2024	2023	2024	2023	2024	2023	
A Companhia possui contratos de venda de energia (PPA - Power Purchase Agreement) de acordo com as seguintes principais características:						2023						
Indústria						Savana Geração de Energia S.A.	100%	100%				
Comercializadora de energia (parte relacionada)						Phoenix Geração de Energia S.A.	100%	100%				
Distribuidora de energia						2.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisados ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão relacionados aos seguintes aspectos: • Vida útil dos bens do imobilizado (nota 8); • Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (nota 9); • Testes de recuperabilidade de ativos (teste de <i>impairment</i>) (nota 3.6); e • Provisão para demandas judiciais (nota 12). 3. Políticas contábeis materiais: 3.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. 3.2 Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra companhia. i) Ativos financeiros: a) Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber, para o saldo de clientes, que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como a gerência seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos restringíveis (caixa restrito), dividendo a receber e depósitos judiciais. ii) Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mens						

continuação

perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados; e ii) obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a constitucionalidade de tributos. **3.8 IRPJ e CSLI:** IRPJ e CSLI - correntes Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributário. IRPJ e CSLI correntes relativos a ítems reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Excepto para Companhia cujo IRPJ e a CSLI são apurados com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o IRPJ e 9% para a CSLI incidentes sobre o lucro tributável, as demais controladas apuram seus impostos com base no lucro presumido, facultado pela legislação tributária às companhias cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$78.000 no ano calendário anterior. Os impostos são apurados mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o IRPJ e 9% para a CSLI incidentes sobre os percentuais de 8% para o IRPJ e 12% para a CSLI sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinada pela legislação tributária em vigor. **3.9 Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia como arrendatária: A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.10 Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias. **3.11 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido. **3.12 Apuração do resultado:** a) **Receitas de venda de energia elétrica:** A receita operacional do normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. É estabelecido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, o modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato com distribuidoras; (ii) Preços fixos de energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. A receita proveniente de contratos de auto-produção é reconhecida na realização dos termos dos contratos de arrendamento de equipamentos e de terrenos necessários para a operação dos clientes auto-produtores. A receita dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento no qual os serviços são prestados pela Companhia. Essas receitas correspondem aos custos de arrendamento de terrenos e de gestão de operação e manutenção, adicionados de uma margem bruta residual. b) **Custos de serviços:** Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competição, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. **3.13 Normas e interpretações novas e revisadas:** (a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	01.01.2024
CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras – Passivo Não Circulante com covenants		01.01.2024
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01.01.2024
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de financiamento de fornecedores	01.01.2024
CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciamento		01.01.2024
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado	Alterações redacionais Inclusão de seções explicativas e origem da DVA Atualização das divulgações requeridas no grupo de perda e recuperação de valores ativos	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras. (b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01.01.2025
OPC 10 – Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025
CPC 48 e CPC 40 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026
CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01.01.2026
IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma – estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e disagregação	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

Controladora	Consolidado	2024	2023
Caixa e depósitos bancários	38	58	5.599
Aplicações financeiras (*)	327	21	5.253

Total em 31/12/2023

Total em 31/12/2024

365 79 10.852 6.294

Pérola Energética S.A.
(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, renumeradas à taxa média de 100% da variação do CDI, em 31/12/2024 e de 2023, respectivamente. As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2024	2023	2024	2023
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	327	21	1.249	2.104
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	-	-	4.004	148

327 21 5.253 2.252

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. 5. Contas a receber:

Controladora	Consolidado	2024	2023
Venda de energia	Saldo a vencer	-	12.150
Venda de energia – Não faturado	Saldo vencido até 30 dias	-	2.633

Venda de energia – MRE/CCEE (*)

Contas a receber – partes relacionadas (nota18)

1.680 12.150 13.714

Durante o exercício findo em 31/12/2024 e de 2023, nenhuma provisão de perda esperada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização das contas a receber, considerando as características do mercado em que atua, a expectativa da Administração. 6. Depósitos restituíveis (caixa restrito): As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis (caixa restrito) a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Controladora	Consolidado	2024	2023
Saldo vencido	-	12.150	10.819
Saldo vencido de 31 a 60 dias	-	-	28
Saldo vencido de 91 a 180 dias	-	-	234

- 1.680 12.150 13.714

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. 5. Contas a receber:

Controladora	Consolidado	2024	2023
Venda de energia	Saldo a vencer	-	12.150
Venda de energia – Não faturado	Saldo vencido até 30 dias	-	2.633

Venda de energia – MRE/CCEE (*)

Contas a receber – partes relacionadas (nota18)

1.680 12.150 13.714

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. 5. Contas a receber:

Controladora	Consolidado	2024	2023
Banco Bradesco S.A.	Fundos	CDI	12.641

12.641 11.613

A Companhia possui depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), referente à manutenção do saldo mínimo da conta reserva do serviço da dívida e de O&M, que permanecerão bloqueados até o final da liquidação de todas as obrigações garantidas.

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

Controladora	Consolidado	2024	2023
Venda de energia	Saldo a vencer	-	12.150
V			

continuação

de R\$400 (R\$313 em 31/12/2023), referente a três notificações de lançamento de crédito tributário. **13. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado, em 31/12/2024 é de R\$270.941 (R\$198.834 em 31/12/2023) dividido em 106.328.806 (cento e seis milhões e trezentos e vinte e oito mil e oitocentos e seis) ações ordinárias, com direito a voto, todas sob a forma nominativa, sem valor nominal.

	2024	2023				
Acionistas	Ações ordinárias (R\$)	%	Ações ordinárias (R\$)	%		
Energo-Pro Participações S.A.	106.328.806	270.941	100,00%	106.328.806	198.834	100,00%
Power I Fundo (PIFIP)	-	-	103.372.726	193.306	97,22%	
Vitória Energética S.A.	-	-	2.956.080	5.528	2,78%	
	106.328.806	270.941	100,00%	106.328.806	198.834	100,00%

Em 29/11/2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada nesta data, aumentaram o capital da Companhia em R\$72.107 subscrito e integralizado mediante mútuo com a empresa Tancaré Energia S.A. b) **Reservas de lucros:** O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação no constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. b.2) **Reserva de retenção de lucros:** O estatuto social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral. Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	26.232	31.834
Constituição da reserva legal 5% (*)	(1.312)	(1.593)
Lucro líquido ajustado	24.920	30.241
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	(6.230)	(7.560)
Constituição de reserva de lucros	(18.690)	(22.681)
Lucro líquido do exercício a destinar	-	-
c) Dividendos: O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Companhias por Ações. Deliberações do exercício de 2024. • Em 27/11/2024, os acionistas, por meio da Ata da Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, no valor de R\$ 5.728.		

14. Receita operacional líquida:

Receita operacional bruta

	Consolidado	2024	2023
Fornecimento de energia			
Venda de energia elétrica	96.214	91.381	
Venda de energia elétrica – partes relacionadas (nota 18)	3.932	3.930	
Resultado com MRE e CCEE (*)	390	1.222	
(Nota 17)	100.536	92.603	
Deduções da receita operacional bruta			
Impostos sobre a venda	(1.768)	(1.588)	
ICMS	(642)	(591)	
PIS	(2.962)	(2.727)	
COFINS	(5.372)	(4.906)	
Receita operacional líquida	95.164	87.697	

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). 15. Divulgação dos custos e das despesas por natureza:

	Controladora	Consolidado	2024	2023	2024	2023
Custo de geração de energia						
Compra de energia elétrica	-	-	(8.219)	-	-	
Royalties ANEEL	-	-	(2.510)	(2.272)	-	
-	-	-	(10.729)	(2.272)	-	
Custo com operação						
Impostos, licenças e taxas	-	-	(56)	(65)	-	
Viagens	-	-	(12)	(16)	-	
Serviços de terceiros	-	-	(3.355)	(1.878)	-	
Seguros	-	-	(10.204)	(1.560)	-	
Pessoal	-	-	(1.012)	(4)	-	
Depreciação do imobilizado e amortização de Intangível	-	-	(15.337)	(15.313)	-	
Amortização de ativo de direito de uso	-	-	(146)	(215)	-	
Mantenção	-	-	(574)	(407)	-	
MRE/CCEE (*)	-	-	(2.852)	(8.772)	-	
Promoção e publicidade	-	-	(70)	(47)	-	
Outros	-	-	(537)	(347)	-	
Total do custo de geração de energia	-	-	(44.884)	(30.896)	-	-
Despesas administrativas e gerais						
Serviços de terceiros	(39)	(41)	(50)	(107)		
Pessoal	(730)	(2)	(2)	(2)		
Serviços de administração – partes relacionadas (nota 18)	-	-	(817)	-		
Serviços de administração	-	-	(434)	-		
Promoção e publicidade	(25)	(25)	(7)	(25)		
Outras despesas	-	-	(35)	(237)		
Total das despesas administrativas e gerais	(794)	(68)	(528)	(1.188)	-	-
Total de custos e despesas administrativas e gerais	(794)	(68)	(45.412)	(32.084)	-	-

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). 16. Resultado financeiro:

	Controladora	Consolidado	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras						
Rendimento de aplicações financeiras	242	6	2.358	1.900	Caixa e depósitos bancários	
Outras receitas financeiras	-	18	-	497	Aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa)	
Despesas financeiras					-	
Juros sobre empréstimos (nota 11)	-	-	(19.887)	(19.927)	Depósitos judiciais	
Juros sobre arrendamento (nota 9)	-	-	(4)	(23)	Depósitos restituíveis (caixa restrito)	
Despesas com letras de crédito	-	-	(636)	(1.621)	-	
Multas e encargos sobre empréstimos	-	-	(466)	(241)	-	
Imposto sobre operações financeiras	(11)	-	(24)	(16)	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio da avaliação ao valor justo.	
Imposto sobre operações financeiras – Mútuo (nota 11)	(1.247)	(1.714)	(1.247)	(1.714)	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio da avaliação ao valor justo.	
(1.258)	(1.714)	(22.264)	(23.542)	(18.137)	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio da avaliação ao valor justo.	
Resultado financeiro	(1.016)	(1.690)	(19.906)	(21.145)	17.894	36.031
17. IRPJ e CSLL:					18.144	13.865

	Controladora	Consolidado	2024	2023
Corrente				
IRPJ	-	-	(2.555)	(2.299)
CSLL	-	-	(1.299)	(1.172)
Total com despesas de impostos	-	-	(3.854)	(3.471)
Todas as controladas da Companhia tributam o IRPJ e a CSLL pela sistemática do lucro presumido, exceto pela Companhia, que foi tributada pela sistemática do lucro real.				
Controladora				
2024	2023	2024	2023	
Lucro antes de IRPJ e CSLL	26.232	31.834	30.086	35.305
% nominal do imposto	34%	34%	34%	34%
Base de IRPJ e CSLL	(8.919)	(10.824)	(10.229)	(12.004)
Diferencial de tributação do lucro presumido	-	-	7.142	9.135
Equivalência patrimonial	9.534	11.421	-	-
Creditos fiscais de IRPJ e CSLL não reconhecidos	(643)	(597)	(643)	(602)
Outros	28	-	(124)	-
Total despesa de IRPJ e CSLL	-	-	(3.854)	(3.471)

Aos Acionistas e Diretores da Pélola Energética S.A., São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pélola Energética S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31/12/2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria

continuação

evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20/06/2025.

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador
CRC SP-294991/0

Pérola Energética S.A.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/0

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

📞 Contato: (11) 3361-8833
✉️ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/07/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Phoenix Geração de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 11.150.969/0001-65 - NIRE 35.300.654.579

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	BALANÇOS PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	NE	2024	2023	Capital	Reservas de lucros	Lucros	Total
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.306	3.588	157.930	1.931	12.617	172.478
Contas a receber	5	7.058	7.998	12.a (6.080)	-	- (6.080)	-
Estoques	1.016	1.015		11.c -	-	(12.617)	(12.617)
Impostos e contribuições a recuperar	149	139		-	-	-	22.034
Despesas antecipadas	364	284		-	-	-	22.034
	14.893	13.024					
Não circulante							
Depósitos restitutivos (caixa restrito)	6	6.850	6.304	Constituição de reserva legal	1.102	- (1.102)	-
Depósitos judiciais	388	388		Dividendos mínimos obrigatórios	11.c -	- (5.233)	(5.233)
Imobilizado	7 259.236	267.069		Reserva de dividendos complementares	11.c -	15.699 (15.699)	-
Intangível	7 19.064	19.374			151.850 3.033	15.699 - 170.582	
Ativo de direito de uso	8	-	85	Declaração de dividendos ocorridas no exercício	11.c -	(11.667) - (11.667)	-
	285.538	293.220		Lucro do exercício	-	18.790 18.790	
Total do ativo	300.431	306.244		Destinação do exercício:	-	-	
Passivo				Constituição de reserva legal	11.c -	939 - (939)	-
Circulante				Dividendos mínimos obrigatórios	11.c -	- (4.463) (4.463)	
Fornecedores	9	1.724	2.880	Reserva de dividendos complementares	11.c -	14.877 (13.388) 1.489	
Emprestimos e financiamentos	10	9.121	9.276		151.850 3.972	18.909 - 174.731	
Impostos e contribuições a recolher	989	1.074		Em dezembro de 2024			
Dividendos a pagar	17	4.463	5.233	Em dezembro de 2023			
Arrendamento	8	-	110	Ativo de direito de uso			
Outras obrigações	-	-	150	Passivo			
	16.297	18.723		Circulante			
Não circulante				Fornecedores	9	1.724	2.880
Emprestimos e financiamentos	10 109.198	116.769		Emprestimos e financiamentos	10	9.121	9.276
Provisão para demandas judiciais	11	205	170	Impostos e contribuições a recolher	989	1.074	
	109.403	116.939		Dividendos a pagar	17	4.463	5.233
Patrimônio líquido	12	151.850	151.850	Arrendamento	8	-	110
Capital social				Outras obrigações	-	-	150
Reservas de lucros							
Total do patrimônio líquido	174.731	174.731	18.723				
Total do passivo e do patrimônio líquido	300.431	306.244					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Phoenix Geração de Energia S.A. ("Phoenix") ou "Companhia", com sua sede social localizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Birrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, Jacarepaguá, CEP 22775-028, na cidade e estado do Rio de Janeiro, é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem por objeto a implantação e a exploração, como produtor independente, da Pequena Central Hidrelétrica Verde 4 ("PCH"). A acionista controladora da Companhia é a Pélrola Energética S.A. PCH Potência em MW Autorização ANEEL Local.

Verde 4A 28,00 194/2005 Água Clara - MS Originalmente, o prazo de vigência de autorização era de 30 anos contados a partir da data de publicação da Resolução da ANEEL nº 194/2005 (07/06/2005), encerrando-se em 22/05/2035. Em 04/07/2017, a Resolução Autorizativa nº 6.461 estendeu o período de autorização em 1.296 dias por decorrência de atrasos na emissão da licença ambiental, passando para 24/12/2038. Em 08/09/2021, a Resolução Homologatória nº 2.931, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12/07/2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão do prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a PCH Verde 4 teve a vigência de sua outorga prorrogada para 27/05/2039. Em 13/10/2021, a Resolução Autorizativa nº 10.748, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas a partir da entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, o prazo de outorga da usina foi alterado para 07/02/2048. Contudo, após publicação destes resultados, a ANEEL reconheceu que o ajuste do marco inicial de vigência das outorgas, determinado pela Lei 14.182, afetaria a extensão do prazo originalmente disposta na Resolução Homologatória nº 2.931/2021. Desta forma, em 14/06/2022, por meio do Ofício nº 036/2022-SRG-SRM-SCG/ANEEL, a ANEEL determinou que a CCEE recalculasse os prazos de extensões das outorgas das usinas afetadas, o que possivelmente resultará em nova extensão de prazo a ser homologada pela ANEEL. Por este motivo, ainda não foi publicada a Resolução Autorizativa de extensão do prazo de outorga para a PCH Verde 4A, em acordo com o disposto na Lei 14.182. Em 15/08/2023, após recálculo da CCEE, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.242/2023, que aprovou definitivamente a metodologia de cálculo da extensão do prazo das outorgas hidrelétricas participantes do MRE. Como último passo administrativo, foi publicada a Resolução Autorizativa 14.896/2023, que aprovou a extensão do prazo de outorga da PCH Verde 4 para 08/02/2049. O prazo de outorga da usina pode ainda ser prorrogado uma única vez por mais 30 anos, em atendimento aos critérios estabelecidos pela Lei nº 12.783, de 11/01/2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17/11/2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21/09/2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23/10/2019. A Companhia possui contrato de venda de energia (PPA - Power Purchase Agreement) de acordo com as seguintes principais características:

Indústria	Datas do contrato	Início	Vencimento
Distribuidoras de energia	01/01/2020	31/12/2049	
Comercializadora de energia (parte relacionada)	01/11/2018	31/12/2030	
			Anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados acima são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
1.1. Continuidade operacional: Em 31/12/2024, a Companhia possui Capital Circulante Líquido ("CCL") negativo de R\$1.404 (R\$5.699 negativo em 31/12/2023), decorrente principalmente da rubrica de empréstimos e financiamentos que em 2024 tem o saldo de R\$9.121 (R\$9.276 em 2023). Em 2024, a Companhia apresentou lucro líquido do exercício de R\$18.790 (R\$22.034 de lucro em 2023) e apresentou fluxo de caixa líquido positivo gerado pelas atividades operacionais no montante de R\$28.478 (R\$31.703 positivo em 2023). A Administração da Companhia entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos no contrato. Nesse contexto, a Administração avalia a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. 2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item do resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 18/06/2025. 2.2. Declaração de relevância: A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:			

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 18/06/2025. **2.2. Declaração de relevância:** A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 18/06/2025. **2.2. Declaração de relevância:** A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 18/06/2025. **2.2. Declaração de relevância:** A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 18/06/2025. **2.2. Declaração de relevância:** A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 18/06/2025. **2.2. Declaração de relevância:** A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 18/06/2025. **2.2. Declaração de relevância:** A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 18/06/2025. **2.2. Declaração de relevância:** A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 18/06/2025. **2.2. Declaração de relevância:** A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 18/06/2025. **2.2. Declaração de relevância:** A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 18/06/2025. **2.2. Declaração de relevância**

continuação

fixos da energia por MWh durante toda validade do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é feito em função do risco de crédito. b) Custos de serviços: Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competição, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. **3.13 Normas e interpretações novas e revisadas:** (a) Revisadas e vigentes;

Normas e interpretações novas e revisadas: (a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	01.01.2024
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras – Passivo Não Circulante com covenants	01.01.2024
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01.01.2024
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de financiamento de fornecedores	01.01.2024
CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação		01.01.2024
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado	Alterações redacionais Inclusão de seções explicativas e origem da DVA Atualização das divulgações requeridas no grupo de perda e recuperação de valores ativos	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras. (b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01.01.2025
OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CB10)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025
CPC 48 e CPC 40 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026

7. Imobilizado e Intangível:

	Intangível		Imobilizado em serviço					Imobilizado em curso	
	Software e Serviços	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	Total	
31/12/2022	22.820	106.835	121.018	57.055	36.215	358	68	344.321	
Adições	-	-	-	-	-	44	59	103	
Baixas	(546)	-	-	-	-	(11)	-	(509)	
Transferências	-	12.727	169	(337)	(12.490)	(7)	(62)	-	
31/12/2023	22.274	119.562	121.187	56.718	23.725	384	65	343.915	
Adições	-	-	-	-	-	-	87	87	
Baixas	-	-	-	-	-	-	(4)	(4)	
Transferências	-	94	-	-	-	-	-	(94)	
31/12/2024	22.274	119.656	121.187	56.718	23.725	384	54	343.998	
31/12/2022	(2.576)	(17.530)	(15.622)	(7.892)	(5.672)	-	-	(49.292)	
Adições de depreciação/amortização	(324)	(3.506)	(2.387)	(1.249)	(714)	-	-	(8.180)	
31/12/2023	(2.900)	(21.036)	(18.009)	(9.141)	(6.386)	-	-	(57.472)	
Adições de depreciação/amortização	(310)	(3.592)	(2.427)	(1.256)	(641)	-	-	(8.226)	
Transferências	-	(2.038)	(51)	85	2.004	-	-	-	
31/12/2024	(3.210)	(26.666)	(20.487)	(10.312)	(5.023)	-	-	(65.698)	
Total em 31/12/2023	19.374	98.526	103.178	47.577	17.339	384	65	286.443	
Total em 31/12/2024	19.064	92.990	100.700	46.406	18.702	384	54	278.300	
a) Vida útil do ativo imobilizado: A Companhia efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2024 e 2023 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimentos que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos. Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei. A Companhia para seu ativo imobilizado adotada como referência as informações do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, sendo as taxas que representam e correspondem de forma razoável e adequada a taxa de vida útil dos ativos imobilizados, em consonância com a norma CPC 27. Administração acredita que em suas demonstrações financeiras está refletida adequadamente a depreciação, sendo que esta reflete a vida útil dos seus ativos imobilizados em consonância com os pronunciamentos contábeis vigentes (CPC 27 e normas aplicáveis ao setor elétrico).	Custo		Veículos						
31/12/2024								(364)	
Total em 31/12/2023								85	
Total em 31/12/2024								-	
Os arrendamentos são depreciables durante o prazo de vigência do contrato dos veículos, delimitados à outorga. Em 31/12/2024, os passivos de arrendamento são como segue:	2024		2023						
Valor nominal dos pagamentos futuros								112	
Ajuste a valor presente								(2)	
Passivo circulante								110	
Passivo não circulante								-	
A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:	2024		2023						
Saldo inicial								110	
Pagamento								(113)	
Juros sobre arrendamento (nota 15)								(158)	
Saldo final								-	
Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.	9. Fornecedores:		2023						
Compra de energia – MRE/CCEE (*)								192	
Fornecedores								1.720	953
Contas a pagar – Partes relacionadas (nota 17)								4	1.735
								1.724	2.880
(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).	10. Empréstimos e financiamentos:								
Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:	2024		2023						
Credor	Encargos		Circu- lante	Não cir- culante	Circu- lante	Não cir- culante			
Em moeda nacional									
BNDES	TJLP (*) + 2,12 % a.a.		9.293	111.349	9.448	119.060			
Despesa de contratação (**)			(172)	(2.151)	(172)	(2.291)			
Total			9.121	109.198	9.276	116.769			
(*) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o percentual excedente à referida taxa, aplicado ao saldo devedor, será incorporado. (**) Refer-se a gastos com Imposto sobre Operações Financeiras (IOPF) e comissões em favor do BNDES necessários para liberação do financiamento. A movimentação dos empréstimos e financiamentos nos respectivos exercícios é como segue:	2024		2023						
Saldo inicial								126.045	133.387
Juros provisoriamente (nota 15)								10.742	11.649

Phoenix Geração de Energia S.A.

Norma	Alteração	Vigência a partir de	2024	2023
CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01.01.2026	(9.037)	(10.365)
Despesa de contratação			118.147	125.873
Saldo final			172	172
Em 31/12/2024, o saldo devedor, composto de principal e juros, é amortizado mensalmente, tendo os contratos como vencimento final a data de 15/06/2038. A Companhia está sujeita às cláusulas restritivas ("covenants") constantes do contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essas cláusulas incluem, entre outras obrigações, manutenção do saldo mínimo das contas de reserva de serviço da dívida e de Q&M (nota explicativa nº 6) e a manutenção de índices financeiros de cobertura do serviço da dívida (<i>debt-covenants</i>), os quais foram adequadamente atendidos para o exercício fino em 31/12/2024. As garantias ao BNDES compreendem as contas reservas, penhor dos ativos e ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.		118.319	126.045	
IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma – estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027		
A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima. 4. Caixa e equivalentes de caixa:				
			2024	2023
Caixa e depósitos bancários			3.086	2.193
Aplicações financeiras (*)			3.220	1.395
			6.306	3.588
(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% da variação do CDI, em 31/12/2024 e de 2023, respectivamente. As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:				
Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2024	2023
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	592	1.351
Banco BTG Pactual S.A.	CDB	CDI	2.628	44
			3.220	1.395
As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. 5. Contas a receber:				
			2024	2023
Venda de energia			7.042	7.989
Venda de energia – MRE/CCEE (*)			16	100
			7.058	7.998
(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:				
			2024	2023
Saldo a vencer			4.536	6.333
Saldo vencido até 30 dias			2.255	1.550
Saldo vencido há mais de 150 dias			267	–
Saldo vencido de 91 a 180 dias			–	115
			7.058	7.998
Durante o exercício fino em 31/12/2024 e de 2023, nenhuma provisão de perda esperada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber, considerando as características do mercado em que atua, a expectativa da Administração e de seus assessores jurídicos.				
6. Depósitos restituíveis (caixa restrito) : As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis (caixa restrito) a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:				
Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2024	2023
Banco Bradesco S.A.	Fundos	CDI	6.850	6.304
			6.850	6.304
A Companhia possui depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), referente à manutenção do saldo mínimo da conta reserva do serviço da dívida que permanecerão bloqueados até o final da liquidação de todas as obrigações garantidas.				
			2024	2023
Imobilizado em serviço				
Imobilizado em curso				
Equipamentos, Edificações, Transmissões e instalações	são e disponibilizadas	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	Total
Carregens e obras benfeitorias adutoras				
121.018	57.055	36.215	358	68
–	–	–	44	59
–	–	–	(11)	(509)
169	(337)	(12.490)	(7)	(62)
121.187	56.718	23.725	384	65
–	–	–	–	87
–	–	–	(4)	(4)
–	–	–	(94)	
121.187	56.718	23.725	384	54
(15.622)	(7.892)	(5.672)	(49.292)	
(2.387)	(1.249)	(714)	(8.180)	
(18.009)	(9.141)	(6.386)	(57.472)	
(2.427)	(1.256)	(641)	(8.226)	
(51)	85	2.004	–	
(20.487)	(10.312)	(5.023)	(65.698)	
103.178	47.577	17.339	384	65
100.700	46.406	18.702	384	54
				278.300
Custo				
31/12/2024				
Total em 31/12/2023				(364)
Total em 31/12/2024				85
Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato dos veículos, delimitados à outorga. Em 31/12/2024, os passivos de arrendamento são como segue:				
Valor nominal dos pagamentos futuros				
Ajuste a valor presente				
Passivo circulante				
Passivo não circulante				
A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:				
			2024	2023
Saldo inicial			110	255
Pagamento			(113)	(158)
Juros sobre arrendamento (nota 15)			3	13
Saldo final			–	110
Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%.				
As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida. 9. Fornecedores:				
			2024	2023
Compra de energia – MRE/CCEE (*)			–	192
Fornecedores			1.720	953
Contas a pagar – Partes relacionadas (nota 17)			4	1.735
			1.724	2.880
(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). 10. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:				
			2024	2023
Credor	Encargos	Circulante	Não circulante	Circulante
Em moeda nacional				
BNDES	TJLP (*) + 2,12 % a.a.	9.293	111.349	9.448
Despesa de contratação (**)		(172)	(2.151)	(172)
Total		9.121	109.198	9.276
				116.769
(*) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o percentual excedente à referida taxa, aplicado ao saldo devedor, será incorporado. (**) Referente a gastos com Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e comissões em favor do BNDES necessários para liberação do financiamento. A movimentação dos empréstimos e financiamentos nos respectivos exercícios é como segue:				
			2024	2023
Saldo inicial			126.045	133.387
Juros provisionados (nota 15)			10.742	11.649
				139.791
Receita de Energia Elétrica (CCEE). 15. Resultado financeiro:				
			2024	2023
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras			1.256	1.564
			1.256	1.564
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos (nota 10)			(10.742)	(11.649)
Juros sobre arrendamentos (nota 8)			(3)	(13)
Despesas com letras de crédito			–	(3)
Impostos sobre operações financeiras			(12)	–
Multas e encargos sobre empréstimos e financiamentos			(401)	(304)
Outras despesas financeiras			(399)	(8)
			(11.557)	(11.977)
Resultado financeiro				
16. IRPJ e CSLL:				
			2024	2023
Corrente				
IRPJ			(1.509)	(1.367)
CSLL			(765)	(694)
Total com IRPJ e CSLL			(2.274)	(2.061)
A Companhia calcula o IRPJ e a CSLL pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:				
			2024	2023
Impostos correntes				
Faturamento (fornecimento de energia) (Nota 13)			59.062	59.062
% para base de cálculo			8%	12%
Base de cálculo			4.725	7.087
			4.355	6.533
Receitas financeiras			1.256	1.256
Outras receitas			152	199
Base de cálculo total			6.133	8.495
% do imposto (*)			25%	9%
			1.533	765
Outros			(24)	(43)
Total			1.509	765
			1.367	694
(*) A aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o IRPJ e 9% para a CSLL incidentes sobre o lucro tributável. 17. Transações com partes relacionadas: As transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:				
			2024	2023
Passivo				
Contas a pagar				
Elera Renováveis S.A.			(a)	–
Pérola Energética S.A.			(a)	1.665
Savana Geração de Energia S.A.			(a)	4
			(Nota 9)	4
Dividendos a pagar				
Pérola Energética S.A.			(b)	4.463
				4.463
Receita				
Venda de energia				
Elera Renováveis S.A.			(c)	1.974
BGE			(c)	50
Apollo Comercializadora Ltda.			(c)	214
			(Nota 13)	2.238
custo				
Compra de energia				
Elera Renováveis S.A.			(d)	1.254
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.			(d)	2.858
			(Nota 14)	4.112
Serviços de ADM – Despesa				
Elera Renováveis S.A.			(e)	331
			(Nota 14)	331
			408	408
(a) Contas a pagar entre a Companhia e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros; (b) Dividendos a pagar para o acionista da Companhia;				
(c) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo; (d) Compra de energia elétrica para outras empresas do grupo; (e) Conforme acordo entre as partes, o saldo se refere à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M. Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros. Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade. Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.				
(f) Remuneração do pessoal chave da Administração: Em 2024 e 2023, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as Companhias do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberão qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social.				
18. Cobertura de seguros: A Companhia tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31/12/2024 é de R\$355.270 (R\$92.287 em 31/12/2023) para os bens vinculados à autorização, com início em 29/11/2024 e término em 29/11/2025. A apólice de seguro mantida pela Companhia tem como proponente principal a Energo-Pro Participações S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado. Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$450.000 (R\$450.000 em 31/12/2023). As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.				
19. Instrumentos financeiros: Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros. a) Análise dos instrumentos financeiros: A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria: Os ativos financeiros da Companhia são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:				
			2024	2023
Ativos financeiros				
Custo justo por meio de amortização				
Depósitos bancários			3.086	–
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)			–	
			3.220	3.220
Caixa e depósitos bancários			–	–
			1.395	1.395
– Depósitos			–	–
– Receber			7.058	–
– Depósitos e restituíveis (caixa restrito)			7.058	7.998
			–	–
Total			6.850	6.850
			6.304	6.304
			10.532	10.070
			20.602	20.579
			7.699	18.278
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo				

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/07/2025

continuação

de receitas ou despesas financeiras. Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. Os principais passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
Passivos financeiros	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Fornecedores	1.724	2.880
Empréstimos e financiamentos	118.319	126.045
Arrendamento	-	110
Dividendos a pagar	4.463	5.233
	124.506	134.268

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado. A Companhia não possui instrumentos financeiros registrados em conta patrimonial, cujo valor do mercado difere do contábil em 2024 e 2023. c) **Mensuração do valor justo:** A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base em grau em que o seu valor justo é cotado: • Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos. • Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente. • Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo. A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31/12/2024 e 2023. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil. d) **Gestão de riscos:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a qualquer índice sujeitos a maiores volatilidades. Neste

Phoenix Geração de Energia S.A.

sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Companhia, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição. Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o rating disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: i) **Risco de crédito:** Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se as disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. O risco de incorrer em perdas resultantes da cidadela de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador. ii) **Risco de liquidez:** Representa o risco de escassez e dificuldade de geração de caixa. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem. iii) **Risco de concentração da carteira de clientes:** A Companhia possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira. Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência. iv) **Risco de taxa de juros:** Refere-se ao risco da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas. A Companhia entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação. v) **Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos:** Risco proveniente do descumprimento das cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants financeiros*). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida

plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações. vi) **Risco hidrológico:** De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva. Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior a sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado spot ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não serão suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados. Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Trata-se de um mecanismo de hedge compósito entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE. Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a Companhia tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a Companhia controla o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo. vii) **Risco de não renovação da autorização:** A Companhia detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11/01/2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 21/09/2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23/10/2019. A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26/12/1996, elevando o limite inferior das usinas classificadas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do

Aos Acionistas e Diretores da **Phoenix Geração de Energia S.A.**, São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Phoenix Geração de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela demonstração financeira". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada

para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e inter-

nacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 18/06/2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/0

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador
CRC SP-294991/0

use, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 18/06/2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/0

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador
CRC SP-294991/0

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br



Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

**DATA
MERCANTIL**

São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/07/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



SPE Cristina Energia S.A.

CNPJ nº 09.077.005/0001-97 – NIRE 35.300.654.609

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Ativo	Notas	2024	2023	Capital	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.724	2.210	19.012	221	2.445	21.678
Contas a receber	5	515	614	11.a (495)	-	-	(495)
Estoques	6	551	512			(2.445)	(2.445)
Despesas antecipadas	49	42			(221)	-	221
Impostos e contribuições a recuperar	20	26			-	-	(548)
Outros	-	35			-	-	(327)
	5.859	3.439			18.517	-	18.190
Não circulante							
Imobilizado	7	15.690	16.404				
Intangível	7	228	230				
Ativo de direito de uso	8	-	46				
	15.918	16.680					
Total do ativo		21.777	20.119				
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	9	222	628	NE	2024	2023	
Impostos e contribuições a recolher	186	149		12	6.250	6.040	
Dividendos a pagar	16	672	1.106	13 (2.954)	(2.190)		
Arrendamento	8	-	39		3.296	3.850	
	1.100	1.922					
Não circulante							
Arrendamento	8	-	7				
Patrimônio líquido							
Capital social	11	18.517	18.517				
Reservas de lucros		2.160	-				
Prejuízos acumulados		-	(327)				
Total do patrimônio líquido		20.677	18.190				
Total do passivo e do patrimônio líquido		21.777	20.119				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A SPE Cristina Energia S.A. ("Companhia" ou "SPE Cristina"), com sede localizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Biernenbach, nº 200, WorldWide Offices, Jacarepaguá, CEP 22775-028, na cidade e estado do Rio de Janeiro, é uma Companhia anônima de capital fechado com sede e fóra na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Av. Almirante Júlio de Sá Biernenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 204 e 401 a 404, Jacarepaguá. A Companhia tem por objeto social (a) a implantação e a exploração, como Produtor Independente, da Pequena Central Hidrelétrica Cristina ("PCH Cristina" ou "PCH"); (b) a produção e a comercialização da potência e da energia geradas pelas PCH; (c) a manutenção, a operação e a exploração de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõem a PCH; (d) a comercialização de créditos de carbono; e (e) o exercício de outras atividades correlatas ao seu objeto social. Em 19/11/2014, foi celebrado Contrato de Venda e Compra de Ações e/ou Quotas de acordo com o qual a Energisa S.A. alienou à São João Energética S.A. ("São João"), atual controladora direta da Companhia, que integra o Grupo Brookfield, o controle indireto da Companhia, uma vez que seu controle direto era exercido pelo fundo de Investimento Energia Geração Hidrelétrica Fundo de Investimento em Participações, extinto em 16/11/2015. A efetiva transferência das ações ocorreu em 31/03/2015. Desde 12/06/2015, a Companhia tem em seu quadro de acionistas pessoas físicas, cuja participação, em conjunto, perfaz aproximadamente 0,01% do capital social, o restante das ações 99,99% pertencem ao grupo Brookfield através de sua controlada Tangará Energia S.A. Atualmente, a Companhia é controlada diretamente pela Tangara Energia S.A., sucessora universal dos direitos e obrigações da São João Energética S.A. por conta da incorporação da referida companhia ocorrida em 01/10/2021. Em 23/12/1999, por meio da Resolução nº 354 da Agência Nacional de Energia Elétrica, a Companhia obteve a autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante o aproveitamento do potencial hidráulico da central geradora Cristina, com 3,5 MW de potência instalada, localizada no Rio Lambari, na bacia hidrográfica do Rio Grande, município de Cristina, no estado de Minas Gerais. A capacidade instalada da PCH Cristina foi alterada de 3,5 MW para 3,8 MW conforme Despacho nº 3.036 da ANEEL de 11/10/2010. A Companhia iniciou a operação comercial em 18/11/2011, mediante Despacho nº 4.448 da ANEEL.

PCH Potência em MW Autorização ANEEL Local

Cristina 3,8 Resolução 354/1999 Cristina - MG Originalmente, o prazo de vigência da autorização da PCH Cristina era de 30 anos, contados a partir da data de publicação da Resolução Autorizativa nº 345/1999 (23/12/1999), encerrando em 22/12/2029. Em 03/08/2021, a Resolução Homologatória nº 2.919/2021 estendeu o prazo de outorga da PCH, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12/07/2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a PCH Cristina teve a extensão de sua outorga homologada para 18/07/2032. Em 30/11/2024 foi celebrado o Contrato de Venda e Compra de Ações e/ou Quotas de acordo com o qual a Tangará Energia S.A. alienou à Energia-Pro Participações S.A., atual controladora direta da Companhia o controle direto da Companhia. A efetiva transferência das ações ocorreu em 30/11/2024. Desde 12/06/2015, a Companhia tem em seu quadro de acionistas pessoas físicas, cuja participação, em conjunto, perfaz aproximadamente 0,01% do capital social, o restante das ações 99,99% pertencem à Energia-Pro Participações S.A. Ao fim do prazo de autorização, a PCH Cristina poderá ter seu regime de outorga alterado para registro, conforme disposto na Lei nº 9.074/95, alterado pela Lei nº 13.360/2016, uma vez que possuem potência instalada inferior ou igual a 5 MW. Os referidos empreendimentos possuem prazo indeterminado de duração, mas devem seguir e cumprir as normas da agência reguladora, principalmente em relação à fiscalização. A Companhia possui contratos de venda de energia (PPA - Power Purchase Agreement) de acordo com as seguintes principais características:

Datas do contrato

Indústria	Início	Vencimento
Consumidor livre	01/01/2010	31/12/2024
Partes relacionadas	01/01/2021	31/12/2025
Analiticamente, ou no menor período devidamente permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). respectivamente. 1.1. Continuidade operacional: A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. 2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações financeiras, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 18/06/2025. 2.2. Declaração de relevância: A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica CPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações		

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2024 2023

Receita operacional líquida 12 6.250 6.040

Custo de geração de energia 13 (2.954) (2.190)

Lucro bruto 3.296 3.850

Despesas administrativas e gerais 13 (99) (353)

Outras receitas (despesas) operacionais 13 (72) (395)

Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro 3.125 (454)

Resultado financeiro 14 325 128

Despesas financeiras 14 (3) (10)

Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL 3.447 (336)

IRPJ e CSLL: Corrente 15 (288) (212)

Lucro (prejuízo) líquido do exercício 3.159 (548)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

2024 2023

Atividades operacionais 12 3.447 (336)

Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL 3.447 (336)

Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido

ao caixa gerado nas atividades operacionais

Depreciação do imobilizado e amortização do intangível 7, 13 871 890

Amortização do ativo de direito de uso 8, 13 49 35

Juros sobre arrendamento 8 3 7

Baixa de imobilizado 7 4 3.948

Baixa de arrendamento 8 (7)

Aumento (redução) nos ativos operacionais

Fornecedores (386) 445

Impostos e contribuições a recolher (30) 639

Outras obrigações (46)

(--) IRPJ e CSLL pagos (223) (837)

Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais 3.820 4.626

Atividades de investimento

Aquisição de bens para o ativo imobilizado 7 (158) (38)

Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento (158) (38)

Atividades de financiamento

Redução de capital 11 (495)

Dividendos pagos (1.106) (2.155)

Pagamento de arrendamento - principal (42) (54)

Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento (1.148) (2.704)

Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa 2.514 1.884

Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro 2.210 326

Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro 4.724 2.210

Variação de caixa e equivalentes de caixa 2.514 1.884

depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.6 Teste de recuperabilidade de ativos (teste de impairment): Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. A Administração avalia e conclui que não há indicativos de impairment.**3.7 Provisões:** As provisões são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança. A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações. (a) **Provisão para demandas judiciais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como de perda remota não são provisionados nem divulgados; e ii) obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a constitucionalidade de tributos. **3.**

continuação

3.13 Normas e interpretações novas e revisadas:

(a) **Revisadas e vigentes:**

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	01.01.2024
CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras – Passivo Não Circulante com covenants	Apresentação das demonstrações financeiras	01.01.2024
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01.01.2024
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de financiamento de fornecedores	01.01.2024
CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação		01.01.2024
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado	Alterações redacionais Inclusão de seções explicativas e origem da DVA Atualização das divulgações requeridas no grupo de perda e recuperação de valores ativos	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras. (b)

Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01.01.2025
OPC 10 – Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025
CPC 48 e CPC 40 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026

7. Imobilizado e Intangível:

Intangível	Imobilizado em serviço		Imobilizado em curso		Total
	Software e Serviços	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	
31/12/2022	391	6.468	–	26.124	3.233
Adições	–	–	–	–	391
Baixas	–	–	(3.942)	–	31
Transferências	(5)	85	145	(68)	(6)
31/12/2023	386	6.553	22.327	3.165	416
Adições	–	–	–	–	8
Baixas	–	–	–	–	(157)
Transferências	–	3	–	–	(3)
31/12/2024	386	6.666	22.327	3.165	419
31/12/2022	(149)	(3.067)	(10.715)	(1.399)	–
Adições de depreciação/amortização	(7)	(261)	(519)	(104)	–
31/12/2023	(156)	(3.328)	(11.234)	(1.503)	–
Adições de depreciação/amortização	(7)	(268)	(485)	(110)	–
Transferências	5	(36)	(25)	56	–
31/12/2024	(158)	(3.632)	(11.744)	(1.557)	–
Total em 31/12/2023	230	3.225	11.093	1.662	416
Total em 31/12/2024	228	2.924	10.583	1.608	419

(*) Estoque de ativo fixo: são estoques relacionados a peças de manutenção dos aerogeradores, diferenciando-se do estoque de almoçarifado. a) Vida útil do ativo imobilizado: A Companhia efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2024 e 2023 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seu empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos. Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pelo ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida Lei. A Companhia para seu ativo imobilizado adotada como referência as informações do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, sendo as taxas que representam e correspondem de forma razoável e adequada a taxa de vida útil dos ativos imobilizados, em consonância com a norma CPC 27. Administração credita que em suas demonstrações financeiras está refletida adequadamente a depreciação, sendo que esta reflete a vida útil dos seus ativos imobilizados em consonância com os pronunciamentos contábeis vigentes (CPC 27 e normas aplicáveis ao setor elétrico).

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Reservatórios, barragens e adutoras	30 a 50 anos

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (impairment): De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20/08/2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31/12/2024 e de 2023, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis. 8. Ativo de direito de uso e Arrendamento: A composição do ativo de direito de uso é a seguinte:

Ativo de direito de uso

31/12/2022

31/12/2023

31/12/2024

115

115

118

→

Capital social

31/12/2022

31/12/2023

31/12/2024

115

115

118

→

Capital social

31/12/2022

31/12/2023

31/12/2024

15.807.873

18.517

100,00%

15.807.873

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

100,00%

18.517

continuação

participantes do MRE. Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a Companhia tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a Companhia controla o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo.

v) Risco de não renovação da autorização: A Companhia detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11/01/2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17/11/2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21/09/2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23/10/2019. A Lei Federal nº 13.360 alterou o art,

26º da Lei nº 9.427, de 26/12/1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGH). A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União resarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposta na Lei nº 13.360/2016. O valor da UBP será publicado pelo MME com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência

a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23/10/2019. A Medida Provisória nº 998, de 02/09/2020, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26/12/1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões. Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

e) Derivativos: Durante os exercícios de 2024 e de 2023, a Companhia não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

19. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa – Atividades de financiamento: No decorrer do exercício findo em 31/12/2024, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da SPE Cristina Energia S.A., São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da SPE Cristina Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31/12/2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas**

demonstrações financeiras:

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são

consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e imparcial de auditoria, exercemos julgamento profissional e imparcial de auditoria, exercemos julgamento profissional e imparcial de auditoria.

Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias,

mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia das controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa

Ativo de direito de uso

	2024
Total de movimentação do ativo de direito de uso (nota 8)	46
Adição de contratos de arrendamento	3
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	49
Arrendamento	2024
Total de movimentação do arrendamento (nota 8)	(43)
Adições de contratos de arrendamento	(3)
Baixas de contratos de arrendamento	7
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	(39)

DIRETORIA

Sergio Ricardo de Marcon Fonseca - Diretor
Benoit Marie Jean de Galzin - Gerente Financeiro
Bruno Alvarez Fabozzi - Contador - CRC: SP-291800-0/0
Hamilton Ferreira da Silva - Controller - CRC: ISP-217225-0

em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18/06/2025.

Fulvio A. Matias de Carvalho
Auditores Independentes S/S Ltda.
Contador
CRC SP-034519/0
CRC SP-294991/0

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br



Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL
São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/07/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Savana Geração de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 11.151.033/0001-59 - NIRE 35.300.654.617

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)										
Ativo	BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	NE	2024	2023	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total	
Circulante				Em 31/12/2022	142.582	1.455	8.016	- 152.053		
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.181	2.627	Redução de capital ocorrida no exercício	11.a (42)	-	-	- (42)		
Contas a receber	5	5.096	5.716	Declaração de dividendos ocorridas no exercício	11.c -	-	(8.016)	- (8.016)		
Estoques		669	662						11.558 11.558	
Impostos e contribuições a recuperar		59	122	Destinação do resultado:						
Despesas antecipadas		220	192	Constituição de reserva legal	11.c -	579	-	(579)		
	10.225	9.319		Dividendos mínimos obrigatórios	11.c -	-	-	(2.744) (2.744)		
Não circulante				Reserva de dividendos complementares	11.c -	-	8.235	(8.235)		
Depósitos restituíveis (caixa restrito)	6	5.791	5.309	Em 31/12/2023	142.540	2.034	8.235	- 152.809		
Imobilizado	7	232.728	239.531	Declaração de dividendos ocorridas no exercício	11.c -	-	(7.436)	- (7.436)		
Intangível	7	15.758	16.052	Lucro líquido do exercício				9.251 9.251		
Ativo de direito de uso	8	-	57	Destinação do resultado:						
	254.277	260.949		Constituição de reserva legal	11.c -	462	-	(462)		
Total do ativo	264.502	270.268		Dividendos mínimos obrigatórios	11.c -	-	-	(2.197) (2.197)		
Passivo				Reserva de dividendos complementares	11.c -	-	8.938	(6.592) 2.346		
Circulante				Em 31/12/2024	142.540	2.496	9.737	- 154.773		
Fornecedores	9	4.513	4.162							
Empréstimos e financiamentos	10	7.747	7.725							
Impostos e contribuições a recolher		732	466							
Dividendos a pagar	17	2.197	3.845							
Arrendamento	8	-	72							
Outras obrigações		28	106							
	15.217	16.376								
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos	10	94.512	101.083							
	94.512	101.083								
Patrimônio líquido	12	142.540	142.540							
Capital social										
Reservas de lucros		12.233	10.269							
	154.773	152.809								
Total do passivo e do patrimônio líquido	264.502	270.268								
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS										
1. Contexto operacional: A Savana Geração de Energia S.A. ("Savana" ou "Companhia"), com sede social localizada na Avenida Almirante Julio de Sá Bierrbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, Jacarepaguá, CEP 22775-023, na cidade e estado do Rio de Janeiro, é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto a implantação e exploração, como produtor independente, da Pequena Central Hidrelétrica Verde 4 ("PCH"). A acionista controladora da Companhia é a Pélola Energética S.A. PCH Verde 4, com suas duas unidades geradoras (UG1 e UG2) entrhou em operação comercial, nos dias 18/01/2019 e 23/02/2019, respectivamente, pelo meio dos Despachos da ANEEL nº 113 e nº 564.										
PCH Potência em MW Autorização ANEEL Local										
Verde 4	19,00	193/2005	Agua Clara - MS							
Originalmente, o prazo de vigência da autorização da PCH Verde 4 era de 30 anos contados a partir da data de publicação da Resolução da ANEEL nº 193/2005 (07/06/2005), encerrando em 07/06/2035. Em 04/07/2017, a Resolução nº 6.460 estendeu o período de autorização em 1.296 dias por decorrência de atrasos na emissão da licença ambiental, passando para 24/12/2038. Em 08/09/2021, a Resolução Homologatória nº 2.931, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12/07/2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão do prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a PCH Verde 4 teve seu prazo de outorga estendido para 05/02/2039. Em 13/10/2021, a Resolução Autoritativa nº 10.748, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas para a entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, a PCH Verde 4 teve seu prazo de outorga estendido para 18/01/2049. Contudo, após publicação destes resultados, a ANEEL reconheceu que o ajuste do marco inicial de vigência das outorgas, determinado pela Lei 14.182, afetaria a extensão de prazo originalmente disposta na Resolução Homologatória nº 2.931/2021. Desta forma, em 14/06/2022, por meio do Ofício nº 036/2022-SRG-SRM-SCG/ANEEL, a ANEEL determinou que a Câmara Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) recalculasse os prazos de extensões das outorgas das usinas afetadas, o que possivelmente resultará em nova extensão de prazo a ser homologada pela ANEEL. Por este motivo, ainda não foi publicada a Resolução Autoritativa de extensão do prazo de outorga para a PCH Verde 4, em acordo com o disposto na Lei 14.182. O prazo de outorga pode ainda ser prorrogado uma única vez por mais 30 anos, considerando os critérios estabelecidos pela Lei nº 12.783, de 11/01/2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17/11/2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21/09/2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23/10/2019. Ao fim do prazo da autorização, os bens e instalações necessários para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebido, serão considerados os valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente. A Companhia possui contrato de venda de energia (PPA - Power Purchase Agreement) de acordo com as seguintes principais características:										
Datas do contrato										
Indústria	Início	Vencimento								
Comercializadora de energia	01/11/2018	31/12/2030	(parte relacionada)							
Distribuidora de energia	01/01/2020	31/12/2049								
Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados são reajustados pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplio (IPCA), divulgados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).										
1.1. Continuidade operacional: Em 31/12/2024, a Companhia possui Capital Circulante Líquido ("CCL") negativo de R\$4.992 (R\$7.057 negativo em 31/12/2023), decorrente principalmente da rubrica de empréstimos e financiamentos que em 2024 tem o valor de R\$7.747 (R\$7.725 em 2023). Em 2024, a Companhia apresentou lucro líquido do exercício de R\$9.251 (R\$11.558 de lucro em 2023) e apresentou fluxo de caixa líquido positivo gerado pelas atividades operacionais no montante de R\$19.051 (R\$18.544 positivo em 2023). A Administração da Companhia entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo. Nesse contexto, a Administração avalia a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.										
2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 18/06/2025.										
2.2. Declaração de relevância: A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxilitem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão										
destinadas ao leitor com o intuito de fornecer informações úteis para a tomada de decisões.										
2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.										
2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. As estimativas e premissas contábeis significativas são utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.										
2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.										
2.6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. As estimativas e premissas contábeis significativas são utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.										
2.7. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.										
2.8. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. As estimativas e premissas contábeis significativas são utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.										
2.9. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.										
2.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. As estimativas e premissas contábeis significativas são utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.										
2.11. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.										
2.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:										

continuação

obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. b) **Custos de serviços:** Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

3.13 Normas e interpretações novas e revisadas: (a) **Revisadas e vigentes:**

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	01.01.2024
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com covenants	01.01.2024
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01.01.2024
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de financiamento de fornecedores	01.01.2024
CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação		01.01.2024
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado	Alterações redacionais Inclusão de seções explicativas e origem da DVA Atualização das divulgações requeridas no grupo de perda e recuperação de valores ativos	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras. (b) **Revisadas e não vigentes:**

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01.01.2025
OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025
CPC 48 e CPC 40 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026

7. Imobilizado e Intangível:

Intangível		
Software e Serviços	Máquinas e equipamentos	Reservatórios barreiros e adutoras
31/12/2022	17.602	109.622
Adições	–	–
Transferências	–	190
31/12/2023	17.602	109.812
Adições	–	–
Transferências	–	36
31/12/2024	17.602	109.848
31/12/2022	(1.258)	(12.846)
Adições de depreciação/amortização	(292)	(3.323)
31/12/2023	(1.550)	(16.169)
Adições de depreciação/amortização	(294)	(3.299)
Transferências	–	(28)
31/12/2024	(1.844)	(19.496)
Total em 31/12/2023	16.052	93.643
Total em 31/12/2024	15.758	90.352

a) **Vida útil do ativo imobilizado:** A Companhia efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2024 e 2023 com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 06/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimentos que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos. Mediante a esse cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitados ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei. A Companhia para seu ativo imobilizado adotada como referência as informações do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, sendo as taxas que representam e correspondem de forma razoável e adequada a taxa de vida útil dos ativos imobilizados, em consonância com a norma CPC 27. Administração acredita que em suas demonstrações financeiras está refletida adequadamente a depreciação, sendo que esta reflete a vida útil dos seus ativos imobilizados em consonância com os pronunciamentos contábeis vigentes (CPC 27 e normas aplicáveis ao setor elétrico).

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias 25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações 10 a 40 anos
Reservatórios, barragens e adutoras 30 a 50 anos
Transmissão e distribuição 20 a 40 anos

b) **Teste de redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20/08/2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corporativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31/12/2024 e de 2023, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis. 8. Ativo de direito de uso e Arrendamento: A composição do ativo de direito de uso é a seguinte:

Véiculos	2024	2023
Custo	31/12/2022	252
Adições	31/12/2023	252
Amortização	31/12/2024	4
256	Despesa de contratação (**)	6
108	Em 31/12/2024, o saldo devedor, composto de principal e juros, é amortizado mensalmente, tendo o contrato como vencimento final a data	102.259
(87)	15/09/2028. A Companhia está sujeita à cláusulas restritivas ("covenants") constantes do contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essas cláusulas incluem, entre outras obrigações, manutenção do saldo mínimo das contas de	108.808
195	reserva de serviço da dívida e de O&M (Nota 5) e a manutenção de índices financeiros de cobertura do serviço da dívida ("debt-covenants"), os quais foram devidamente atendidos para o exercício findo em 31/12/2024. 11. Provisão para demandas judiciais: Em 31/12/2024 e 2023 não existem	115.043
(61)	Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato dos veículos, delimitados à outorga. Em 31/12/2024, os passivos de arrendamento são como segue:	9.459
57		7.725
Total em 31/12/2023	–	101.172
Total em 31/12/2024	–	101.083

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato dos veículos, delimitados à outorga. Em 31/12/2024, os passivos de arrendamento são como segue:

Provisão para demandas judiciais: Em 31/12/2024 e 2023 não existem

Savana Geração de Energia S.A.

Norma	Alteração	Vigência a partir de			2024	2023
			IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01.01.2026	Total	41.474	41.474	37.510
			% para base de cálculo	8%	12%	8%
			Base de cálculo	3.318	4.977	3.001
			Receitas financeiras	860	860	809
			Outras receitas tributáveis	103	103	11
			Base de cálculo total	4.281	5.940	3.821
			% do imposto (*)	25%	9%	9%
			Outros	1.070	535	955
			Total	1.046	535	931
			(*) A aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excede a R\$240 para o IRPJ e 9%, para a CSLL incidentes sobre o lucro tributável. 17. Transações com partes relacionadas: As transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:	479		
			Ativo			
			Contas a receber			
			Elera Zé Tunin S.A.	(a)	1	–
			Phoenix Geração De Energia S.A.	(a)	4	–
			(Nota 5)	5	–	
			Passivo			
			Contas a pagar			
			Elera Renováveis S.A.	(b)	–	68
			Perla Energética S.A.	(b)	–	15
			Unidas Locações e Serviços S.A.	(b)	–	9
			(Nota 9)	–	92	
			Dividendos a pagar			
			Perola Energética S.A.	(c)	2.197	3.845
					2.197	3.845
			Receita			
			Venda de energia			
			Elera Renováveis S.A.	(d)	1.656	–
			BGE	(d)	38	–
			(Nota 13)	1.694	–	
			Custo			
			Compra de energia			
			Elera Renováveis S.A.	(e)	1.023	–
			Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(e)	2.418	–
			(Nota 14)	3.441	–	
			Serviços de ADM – Despesa			
			Elera Renováveis S.A.	(f)	331	409
			(Nota 14)	331	409	
			(a) Contas a receber entre a Companhia e as empresas do grupo, serviços de administração, operação e manutenção e outros; (b) Contas a pagar entre a Companhia e as empresas do grupo, serviços de administração, operação e manutenção e outros; (c) Referem-se aos dividendos a serem pagos ao acionista da Companhia; (d) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo; (e) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo; (f) Conforme acordado entre as partes, o saldo se refere à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M. Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros. Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade. Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorrem transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios. Remuneração do pessoal chave da Administração: Em 2024 e 2023, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as Companhias do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social. 18. Cobertura de seguros: A Companhia tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31/12/2024 é de R\$213.029 (R\$196.358 em 31/12/2023) para os bens vinculados à autorização, com início em 29/11/2024 e término em 29/11/2025. A apólice de seguro mantida pela Companhia tem como proponente principal a Energo-Pro Participações S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$450.000 (R\$450.000 em 31/12/2023). As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.			
			19. Instrumentos financeiros: Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a			

continuação

tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente, 2024 2023

Aplicações financeiras (equivalentes de caixa) 1.707 835

• Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo. A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31/12/2024 e 2023. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil. d) Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades. Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Companhia, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição. Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o rating disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: i) Risco de crédito: Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador. ii) Risco de liquidez: Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem. iii) Risco de concentração de carteira de clientes: A Companhia possui contratos de venda de energia (PPA)

com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira. Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia efetuou avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência. iv) Risco de taxa de juros: Refere-se ao risco da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas. A Companhia entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros do mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação. v) Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos: Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilhas de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações. vi) Risco hidrológico: De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva. Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não serão suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados. Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela União resarcimento financeiro pelo uso do Bem Público (UBP), além

de recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei nº 13.360/2016. O valor da UBP será publicado pelo MME com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23/10/2019. A Medida Provisória nº 998, de 02/09/2020, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26/12/1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões. Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados. e) Derivativos: Durante os exercícios de 2024 e de 2023, a Companhia não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

20. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa – Atividades de financiamento: No decorrer do exercício findo em 31/12/2024, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

	2024
Total de movimentação do ativo de direito de uso (nota 8)	57
Adição de contratos de arrendamento	4
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	61
Arrendamento	(72)
Total de movimentação do arrendamento (nota 8)	(4)
Adições de contratos de arrendamento	Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa
	(76)

DIRETORIA

Sergio Ricardo de Marcon Fonseca - Diretor
Benoit Marie Jean de Galzain - Gerente Financeiro
Bruno Alvarez Fabozi - Contador - CRC: SP-291800-0/0
Hamilton Ferreira da Silva - Controller - CRC: ISP-217225-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da Savana Geração de Energia S.A., São Paulo – SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Savana Geração de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31/12/2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades

da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhum alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais

distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria

obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18/06/2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/0

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador
CRC SP-294991/0

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br



Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL
São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/07/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Companhia de Crédito do Povo

CNPJ/MF nº 60.538.498/0001-72 - NIRE 35.300.663.195

Ata de Assembleia Geral de Constituição da Sociedade por Ações

Em 10 de abril de 2025, às 10h00, em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Francisco Tramontano, 101, conjunto 1212, Real Parque, CEP 05686-010, reuniram-se em Assembleia Geral de Constituição os subscritores da totalidade do capital social da **Companhia de Crédito do Povo**, conforme se verificou pelas assinaturas apostas na lista de presenças que constituíram o Anexo I à presente ata, a saber: I. **Luiz Felipe Franco Neves**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 392.066, inscrito no CPF/MF sob nº 401.465.568-79, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com escritório comercial na Rua Francisco Tramontano, 101, conjunto 1212, Real Parque, CEP 05686-010; e II. **João Victor Jabur Helito**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador do RG nº 50.821.821-4/SP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 372.364.608-50, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com escritório comercial na Rua Francisco Tramontano, 101, conjunto 1212, Real Parque, CEP 05686-010. **Mesa:** Foi indicado para dirigir os trabalhos, como presidente da mesa, **Luiz Felipe Franco Neves**, que convidiu **João Victor Jabur Helito** para secretário, ficando desta forma constituída a mesa dirigente. **Ordem do Dia:** Deliberar a respeito da (i) constituição de uma sociedade anônima de capital fechado denominada **Companhia de Crédito do Povo** (doravante denominada como "Companhia"; (ii) aprovação do Estatuto Social; (iii) eleição dos membros da Diretoria; e (iv) sendo aprovadas as matérias anteriores, declarar a constituição da Companhia. Fica aprovada a constituição da **Companhia de Crédito do Povo**, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com as seguintes especificações: i) **Objeto Social:** A Companhia terá por objeto social: (i) a aquisição e securingização de direitos creditórios, vencidos e/ou a vencer, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas em quaisquer segmentos passíveis de securingização, nos termos previstos na Lei 14.430/2022; (ii) A prestação de serviços relacionados às operações de securingização de créditos supracitados; (iii) A atuação como correspondente de instituições financeiras, podendo inclusive atuar na recepção e encaminhamento de proposta de empréstimos e financiamentos; e (iv) A prestação de serviços de apoio administrativo a empresas.

2) Sede e Prazo de Duração: A Companhia terá sede e fuso na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Francisco Tramontano, 101, 12º Andar, conjunto 1212, CEP 05686-010. **3) Capital Social:** Todos os acionistas determinaram, neste ato, que o capital social da Companhia será de R\$1.000,00 (mil reais), divididos em 100.000 (cem mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e com direito a voto. De acordo com o disposto no artigo 14 da Lei nº 6.404/76, foi fixado o preço de emissão em R\$0,01 (um centavo de real) por ação. O capital foi totalmente subscrito neste ato e está integralizado em 10% (dez por cento), tendo sido constatada a realização em dinheiro no valor de R\$ 100,00 (cem reais) depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S.A., nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6.404/76, conforme comprovante que juntado no Anexo VI ao presente instrumento. O capital subscrito e não integralizado, no valor de R\$900,00 (noventa reais), será integralizado, em moeda corrente nacional, até 12 (doze) meses, contados da presente data, conforme os Boletins de Subscrição, que ficam fazendo parte integrante desta ata como Anexos IV e V. Cumpridos, assim, os requisitos preliminares à constituição da Companhia, competirá à Assembleia discutir e votar o projeto do estatuto social. Realizada a votação, verificar-se-á que o referido projeto foi aprovado por unanimidade dos presentes, com a redação constante do Anexo II à presente Ata. Nessas condições, o Sr. Presidente solicitou aos acionistas que procedessem à eleição dos Diretores da Companhia, com mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, tendo sido eleito, por unanimidade, o Sra. **Luiz Felipe Franco Neves** e **João Victor Jabur Helito**, qualificados acima, conforme termos de posse que integram esta ata como Anexos VI e VII. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral e lavrada esta Ata, que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo, 10 de abril de 2025. **Luiz Felipe Franco Neves** – Presidente da Mesa; **João Victor Jabur Helito** – Secretário da Mesa. Acionistas Subscritores e Diretores Eleitos: **Luiz Felipe Franco Neves** e **João Victor Jabur Helito**. Visto do Advogado: **Luiz Felipe Franco Neves** OAB/SP 392.066, Anexo II – Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede, Duração e Objeto Social. Artigo 1º Companhia de Crédito do Povo ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, regendo-se por este Estatuto Social, por Acordo de Acionistas eventualmente celebrado e arquivado na sede, pela Lei nº 6.404/76 e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º A Companhia tem sede e fuso na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Francisco Tramontano, 101, 12º Andar, conjunto 1212, CEP 05686-010. Parágrafo Único A Companhia pode abrir, manter e encerrar filiais, escritórios armazéns, agências e sucursais em qualquer local do Brasil ou no exterior, mediante deliberação de acionistas representando a maioria do capital social. Artigo 3º A Companhia possui prazo de duração indeterminado. Artigo 4º A Companhia tem por objeto social: i. A aquisição e securingização de direitos creditórios, vencidos e/ou a vencer, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas em quaisquer segmentos passíveis de securingização, nos termos previstos na Lei 14.430/2022; ii. A prestação de serviços relacionados às operações de securingização de créditos supracitados; iii. A atuação como correspondente de instituições financeiras, podendo inclusive atuar na recepção e encaminhamento de proposta de empréstimos e financiamentos; e iv. A prestação de serviços de apoio administrativo a empresas. Capítulo II – Capital Social e Ações. Artigo 5º O capital social da Companhia, totalmente subscrito, a ser integralizado no prazo de 12 (doze) meses em moeda corrente nacional, é de R\$1.000,00 (mil reais), representado por 100.000 (cem mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Foi integralizado, na constituição da companhia, 10% (dez por cento) do preço de emissão das ações, nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6.404/76. Parágrafo Primeiro Da ação ordinária corresponderá a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Parágrafo Segundo A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas. Capítulo III – Assembleia Geral. Artigo 6º Asembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia e tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. Os acionistas reunir-se-ão, em sede de Assembleia Geral Ordinária, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 12 da Lei 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que necessário. Parágrafo Primeiro A Assembleia Geral Extraordinária será convocada pela Diretoria ou por qualquer acionista representando, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social votante da Companhia, conforme prevista na Lei 6.404/76, em primeira convocação com pelo menos 8 (oitavo) dias de antecedência, sendo instalada com a presença de acionistas titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das ações da Companhia e, em segunda convocação com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência à data da Assembleia Geral, sendo instalada com a presença de acionistas titulares de 50% (cinquenta por cento) das ações da Companhia. Parágrafo Segundo Será dispensada qualquer formalidade de convocação prévia quando os acionistas detentores da totalidade das ações da Companhia estiverem presentes na Assembleia Geral. Parágrafo Terceiro A Assembleia Geral será presidida pelo acionista detentor da maioria das ações, o qual designará uma pessoa para secretariar a Assembleia. Artigo 7º Além das ademais atribuições previstas em Lei, as seguintes matérias competem privativamente a Assembleia Geral: a) Reformar o Estatuto Social; b) Autorizar a distribuição de dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio (JCP); c) Autorizar a transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da Companhia, bem como a eleição e destituição de liquidantes e aprovação das respectivas contas; d) Eleição ou destituição de membros da Diretoria; e) Fixar a remuneração, global ou individual, da Diretoria; f) Tomar, anualmente, as contas da Diretoria e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas; g) Deliberar sobre a emissão de quaisquer ações ou valores mobiliários; h) Deliberar sobre a criação de novas classes de ações preferenciais ou aumento de classes existentes; i) Deliberar sobre alteração nas preferências, vantagens, e condições de ações preferenciais, bem como resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais; j) Autorizar pedido de falência ou recuperação judicial; k) Alienação, cessão, transferência, oneração ou disposição, a qualquer título, de bens e/ou direitos integrantes do ativo permanente da Companhia, sobretudo participações societárias; l) Prestação de garantias de qualquer natureza, sobre obrigações próprias e/ou de terceiros, de qualquer valor, inclusive a concessão de aval e/ou fiança; m) Imposição de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer bem ou direito da Companhia, presente ou futuro, tangível ou intangível; e n) Assunção de empréstimos ou financiamentos por parte da Companhia, bem como quaisquer outras operações que resultem em criação de endividamento, salvo na hipótese em que o instrumento contar com a assinatura de todos os acionistas, hipótese em que ficará dispensada a aprovação em sede de Assembleia Geral. Artigo 8º A aprovação das matérias submetidas à Assembleia Geral dependerá do voto favorável dos acionistas detentores da maioria absoluta das ações da Companhia. Capítulo IV – Administração da Companhia. Artigo 9º A Companhia será administrada por uma Diretoria Executiva, composta por, no mínimo, 1 (um) Diretor. Os Diretores serão eleitos pela Assembleia Geral, a qual fixará o prazo do mandato. Artigo 10º A Companhia consider-seá representada, judicial ou extrajudicialmente, quando representada isoladamente por qualquer Diretor, ou por procurador devidamente constituído, de acordo com os poderes que lhe forem conferidos no respectivo instrumento de mandato. Parágrafo Primeiro Todas as procurações a negociações outorgadas pela Companhia terão prazo de validade de 1 (um) ano e vedarão o substabelecimento, sob pena de nulidade. As procurações outorgadas a advogados, para representação da Companhia em processos judiciais e administrativos, poderão ter prazo de validade indeterminado e permitir o substabelecimento. Parágrafo Segundo Os diretores, no exercício das suas funções, deverão evidiar seus melhores esforços a fim de que a Companhia alcance e desenvolva seu objeto social. Parágrafo Terceiro Os diretores receberão a remuneração que lhes for fixada globalmente para cada exercício pela Assembleia Geral. Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 11º A Companhia possuirá Conselho Fiscal não permanente que, somente quando instalado, será constituído por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, de acordo com as disposições legais aplicáveis. Capítulo VI – Exercício Social e Distribuição de Dividendos. Artigo 12º O exercício social encerrará-se à em 31 de dezembro de cada ano. Parágrafo Primeiro Ao término de cada exercício social serão elaboradas as Demonstrações Financeiras previstas em Lei. Os lucros líquidos eventualmente verificados terão a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social; b) Ao menos 1% (um por cento) para pagamento de dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no caput do artigo 202 da Lei 6.404/76; e c) O saldo remanescente terá a sua destinação estipulada pela Assembleia Geral. Parágrafo Segundo A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balanços em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório, referido acima. Parágrafo Terceiro Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, que serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Capítulo VII – Liquidação. Artigo 13º A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em Lei. Em caso de liquidação, os acionistas nomearão um liquidante para administrar a Companhia durante o período de liquidação, em conformidade com a legislação. Capítulo VIII – Disposições Finais. Artigo 14º Nos casos em que o presente Estatuto Social for omisso, serão aplicadas nesta ordem: (i) as disposições contidas em Acordo de Acionistas, desde que não haja impedimento legal ou disposição legal que verse sobre o tema; e (ii) as disposições legais pertinentes em vigor. Artigo 15º Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Estatuto Social. Luiz Felipe Franco Neves – Presidente da Mesa; João Victor Jabur Helito – Secretário da Mesa. Visto do Advogado: Luiz Felipe Franco Neves OAB/SP 392.066. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifco o registro sob o NIRE 35.300.663.195 em 25/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

SPGMM 56 Empreendimentos e Participações S.A.

(Em fase de constituição)

Ata da Assembleia Geral de Constituição

1. Data, hora e local: No dia 07 de outubro do ano de 2024, às 10:00 horas, na Rua do Seminário, 199, conjunto 52, Bairro Centro, CEP 01034-904, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. Presença: A totalidade dos acionistas fundadores e subscritores do capital inicial da aludida Sociedade, a saber: **Sidnei Pessoa de Brito**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.351.201.3-SSP/SP e do CPF nº. 184.721.738-95, residente e domiciliado à Rua do Seminário, 199 – 5º andar – Conjunto 52 – Bairro Centro, CEP 01034-904. 3. Composição da Mesa: **Sidnei Pessoa de Brito** – Presidente e **Graciela Maria da Silva Brito** – Secretária. 4. Convocação: Dispensada a convocação prévia consonante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. 5. Ordem do dia: Discutir e deliberar sobre: (i) a constituição de uma sociedade por ações fechada na forma do disposto na Lei 6.404/76 e suas alterações; (ii) a aprovação do projeto do Estatuto Social que regerá os atos da Companhia; (iii) a eleição dos membros da Diretoria da Companhia; e (iv) outros assuntos de interesse. 6. Deliberações: As seguintes deliberações foram tomadas por unanimidade de votos: (i) Aprovada a constituição de uma sociedade anônima, sob a denominação de **SPGMM 56 - Empreendimentos e Participações S.A.**, com Sede e Fuso na Rua do Seminário, 199, conjunto 52, Bairro Centro, CEP 01034-904, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com o capital social inicial de R\$ de R\$ 1.000,00 (mil reais), representado por 1.000 (mil ações) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está integralizado em 10% (dez por cento) tendo sido constatada a realização em dinheiro no valor de R\$ 100,00 (cem reais) depositado em conta vinculada no Banco do Brasil nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6.404/76. 6. Orden do dia: Discutir e deliberar sobre: (i) a constituição de uma sociedade por ações fechada na forma do disposto na Lei 6.404/76 e suas alterações; (ii) a aprovação do projeto do Estatuto Social que regerá os atos da Companhia; (iii) a eleição dos membros da Diretoria da Companhia; e (iv) outros assuntos de interesse. 6. Deliberações: As seguintes deliberações foram tomadas por unanimidade de votos: (i) Aprovada a constituição de uma sociedade anônima, sob a denominação de **SPGMM 56 - Empreendimentos e Participações S.A.**, com Sede e Fuso na Rua do Seminário, 199, conjunto 52, Bairro Centro, CEP 01034-904, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com o capital social inicial de R\$ de R\$ 1.000,00 (mil reais), representado por 1.000 (mil ações) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está integralizado em 10% (dez por cento) tendo sido constatada a realização em dinheiro no valor de R\$ 100,00 (cem reais) depositado em conta vinculada no Banco do Brasil nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6.404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição e o Recibo de Depósito que constituem os documentos em anexo, sendo assim, o saldo de R\$ 900,00 (noventa reais), o qual corresponde a 900 (noventa reais) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, à ser integralizado no prazo de 12 (doze) meses. (ii) Aprovado o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o documento anexo à Ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a **SPGMM 56 - Empreendimentos e Participações S.A.**, em razão do cumprimento das formalidades legais. (iii) Eleitos o Sr. **Sidnei Pessoa de Brito**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.351.201.3-SSP/SP e do CPF nº. 184.721.738-95, residente e domiciliado à Rua do Seminário, 199 – 5º andar – Conjunto 52 – Bairro Centro, CEP 01034-904, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com o capital social inicial de R\$ de R\$ 1.000,00 (mil reais), representado por 1.000 (mil ações) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está integralizado em 10% (dez por cento) tendo sido constatada a realização em dinheiro no valor de R\$ 100,00 (cem reais) depositado em conta vinculada no Banco do Brasil nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6.404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição e o Recibo de Depósito que constituem os documentos em anexo, sendo assim, o saldo de R\$ 900,00 (noventa reais), o qual corresponde a 900 (noventa reais) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, à ser integralizado no prazo de 12 (doze) meses. (iv) Aprovado o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o documento anexo à Ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a **SPGMM 56 - Empreendimentos e Participações S.A.**, em razão do cumprimento das formalidades legais. (v) Eleitos o Sr. **Sidnei Pessoa de Brito**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.351.201.3-SSP/SP e do CPF nº. 184.721.738-95, residente e domiciliado à Rua do Seminário, 199 – 5º andar – Conjunto 52 – Bairro Centro, CEP 01034-904, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com o capital social inicial de R\$ de R\$ 1.000,00 (mil reais), representado por 1.000 (mil ações) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está integralizado em 10% (dez por cento) tendo sido constatada a realização em dinheiro no valor de R\$ 100,00 (cem reais) depositado em conta vinculada no Banco do Brasil nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6.404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição e o Recibo de Depósito que constituem os documentos em anexo, sendo assim, o saldo de R\$ 900,00 (noventa reais), o qual corresponde a 900 (noventa reais) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, à ser integralizado no prazo de 12 (doze) meses. (vi) Aprovado o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o documento anexo à Ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a **SPGMM 56 - Empreendimentos e Participações S.A.**, em razão do cumprimento das formalidades legais. (vii) Eleitos o Sr. **Sidnei Pessoa de Brito**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.351.201.3-SSP/SP e do CPF nº. 184.721.738-95, residente e domiciliado à Rua do Seminário, 199 – 5º andar – Conjunto 52 – Bairro Centro, CEP 01034-904, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com o capital social inicial de R\$ de R\$ 1.000,00 (mil reais), representado por 1.000 (mil ações) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está integralizado em 10% (dez por cento) tendo sido constatada a realização em dinheiro no valor de R\$ 100,00 (cem reais) depositado em conta vinculada no Banco do Brasil nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6.404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição e o Recibo de Depósito que constituem os documentos em anexo, sendo assim, o saldo de R\$ 900,00 (noventa reais), o qual corresponde a 900 (noventa reais) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, à ser integralizado no prazo de 12 (doze) meses. (viii) Aprovado o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o documento anexo à Ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a **SPGMM 56 - Empreendimentos e Participações S.A.**, em razão do cumprimento das formalidades legais. (ix) Eleitos o Sr. **Sidnei Pessoa de Brito**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.351.201.3-SSP/SP e do CPF nº. 184.721.738-9

SPGMM 60 Empreendimentos e Participações S.A.

(Em fase de constituição)

Ata da Assembleia Geral de Constituição

1. Data, hora e local: No dia 01 de novembro do ano de 2024, às 10:00 horas, na Rua do Seminário, 199, conjunto 52, Bairro Centro, CEP 01034-904, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença:** A totalidade dos acionistas fundadores e subscritores do capital inicial da aludida Sociedade, a saber: **Sidnei Pessoa de Brito**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.351.201-3-SSP/SP e do CPF nº. 184.721.738-95, residente e domiciliado à Rua do Seminário, 199 – 5º andar – Conjunto 52 – Bairro Centro, CEP 01034-904; **Graciety Maria da Silva Brito**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora do RG nº 28.113.754-7-SSP/SP, e inscrita no CPF nº. 263.859.678-75, residente e domiciliada à Rua do Seminário, 199 – 5º andar – Conjunto 52 – Bairro Centro, CEP 01034-904. **3. Composição da Mesa:** **Sidnei Pessoa de Brito** – Presidente e **Graciety Maria da Silva Brito** – Secretária. **4. Convocação:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no artigo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **5. Ordem do dia:** Discutir e deliberar sobre: (i) a constituição de uma sociedade por ações fechada na forma do disposto na Lei 6.404/76 e suas alterações; (ii) a aprovação do projeto do Estatuto Social que regerá os atos da Companhia; (iii) a eleição dos membros da Diretoria da Companhia; e (iv) outros assuntos de interesse. **6. Deliberações:** As seguintes deliberações foram tomadas por unanimidade de votos: (i) Aprovada a constituição de uma sociedade anônima, sob a denominação de SPGMM 60 - Empreendimentos e Participações S.A., com Sede e Fuso na Rua do Seminário, 199, conjunto 52, Bairro Centro, CEP 01034-904, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com o capital social inicial de R\$ 100,00 (cem reais), representado por 100 (cem) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está integralizado em 10% (dez por cento) tendo sido constatada a realização em dinheiro no valor de R\$ 10,00 (dez reais) depositado em conta vinculada no Banco do Brasil nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6.404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição e o Recibo de Depósito que constituem os documentos em anexo, sendo assim, o saldo de R\$ 90,00 (noventa reais), o qual corresponde a 90 (noventa) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, à ser integralizado no prazo de 12 (doze) meses. (ii) Aprovado o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o documento anexo à Ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a SPGMM 60 - Empreendimentos e Participações S.A. em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. (iii) Eleitos o Sr. **Sidnei Pessoa de Brito**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.351.201-3-SSP/SP e do CPF nº. 184.721.738-95, residente e domiciliado à Rua do Seminário, 199 – 5º andar – Conjunto 52 – Bairro Centro, CEP 01034-904, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor Presidente, e a Sra. **Graciety Maria da Silva Brito**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora do RG nº 28.113.754-7-SSP/SP, e inscrita no CPF nº. 263.859.678-75, residente e domiciliado à Rua do Seminário, 199 – 5º andar – Conjunto 52 – Bairro Centro, CEP 01034-904, para o cargo de Diretor sem designação específica, ambos com início de mandado em 01 de novembro de 2024 e prazo de (2) dois anos. Os Diretois declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade, inclusive quanto ao impedimento de exercer atividades empresariais. Por não ser de funcionamento permanente, nem ter havido solicitação dos acionistas, não foi constituído o Conselho Fiscal, uma vez que a lei assim o permite. A seguir, por proposta dos acionistas, a diretoria renunciou ao recebimento de pró-labore. (iv) Aprovado o Estatuto Social conforme segue: **ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I - Da denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto Social.** Artigo 1º A SPGMM 60 - Empreendimentos e Participações S.A. é uma sociedade anônima que se rege por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º A sociedade tem sede na cidade e Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, onde com endereço na Rua do Seminário, n.º 199 – Conj. 52 – Centro – CEP 01034-904, que é seu fuso, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da diretoria. Artigo 3º O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado. Artigo 4º A sociedade tem por objetivo social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, país ou no exterior. **Capítulo II - Do Capital.** Artigo 5º O Capital Social é de R\$ 100,00 (cem reais), dividido em 100 (cem) ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma. **Parágrafo 1º** Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada a adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei 6.404/76. **Parágrafo 2º** Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. **Parágrafo 3º** As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da Lei, no prazo que for fixado pela Assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **Parágrafo 4º** Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Capítulo III - Da Assembleia Geral.** Artigo 6º A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Parágrafo 1º** A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou diretor eleito pelo voto de maioria absoluta de votos, ressalvadas as exceções previstas em Lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não computando os votos em branco. **Capítulo IV - Da Administração.** Artigo 7º A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuará no exercício de seus cargos, até a posse dos nossos eleitos. **Parágrafo 1º** Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo 2º** A investida dos diretores nos cargos far-se-á pôr termo lavrado no livro próprio. Os Diretores exercerão seus mandatos independentemente de caução. Artigo 8º No caso impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo 9º** A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Sociedade e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **Artigo 10º** A representação da Companhia em Juiz ou fora dele, assim como a prática de todos isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador (es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação às procurações "ad judicata", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Parágrafo 1º** Dependendo da aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a prestação de avisos, fiancas e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo 11º** Complete à diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo V - Conselho Fiscal.** Artigo 12º A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuará no exercício de seus cargos, até a posse dos nossos eleitos. **Parágrafo 1º** Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo 2º** A investida dos diretores nos cargos far-se-á pôr termo lavrado no livro próprio. Os Diretores exercerão seus mandatos independentemente de caução. Artigo 13º O Conselho Fiscal é de R\$ 100,00 (cem reais), dividido em 100 (cem) ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma. **Parágrafo 1º** Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada a adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei 6.404/76. **Parágrafo 2º** Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. **Parágrafo 3º** As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da Lei, no prazo que for fixado pela Assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **Parágrafo 4º** Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Capítulo VI - Da Assembleia Geral.** Artigo 14º A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Parágrafo 1º** A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou diretor eleito pelo voto de maioria absoluta de votos, ressalvadas as exceções previstas em Lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não computando os votos em branco. **Capítulo VII - Da Administração.** Artigo 15º A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuará no exercício de seus cargos, até a posse dos nossos eleitos. **Parágrafo 1º** Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo 2º** A investida dos diretores nos cargos far-se-á pôr termo lavrado no livro próprio. Os Diretores exercerão seus mandatos independentemente de caução. Artigo 16º No caso impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo 17º** A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Sociedade e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador (es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação às procurações "ad judicata", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Parágrafo 1º** Dependendo da aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a prestação de avisos, fiancas e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo 18º** Complete à diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo VIII - Conselho Fiscal.** Artigo 19º A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuará no exercício de seus cargos, até a posse dos nossos eleitos. **Parágrafo 1º** Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo 2º** A investida dos diretores nos cargos far-se-á pôr termo lavrado no livro próprio. Os Diretores exercerão seus mandatos independentemente de caução. Artigo 20º No caso impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo 21º** A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Sociedade e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador (es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação às procurações "ad judicata", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Parágrafo 1º** Dependendo da aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a prestação de avisos, fiancas e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo 22º** Complete à diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo IX - Conselho Fiscal.** Artigo 23º A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuará no exercício de seus cargos, até a posse dos nossos eleitos. **Parágrafo 1º** Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo 2º** A investida dos diretores nos cargos far-se-á pôr termo lavrado no livro próprio. Os Diretores exercerão seus mandatos independentemente de caução. Artigo 24º No caso impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo 25º** A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Sociedade e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador (es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação às procurações "ad judicata", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Parágrafo 1º** Dependendo da aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a prestação de avisos, fiancas e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo 26º** Complete à diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo X - Conselho Fiscal.** Artigo 27º A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuará no exercício de seus cargos, até a posse dos nossos eleitos. **Parágrafo 1º** Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo 2º** A investida dos diretores nos cargos far-se-á pôr termo lavrado no livro próprio. Os Diretores exercerão seus mandatos independentemente de caução. Artigo 28º No caso impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo 29º** A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Sociedade e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador (es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação às procurações "ad judicata", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Parágrafo 1º** Dependendo da aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a prestação de avisos, fiancas e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo 30º** Complete à diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo XI - Conselho Fiscal.** Artigo 31º A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuará no exercício de seus cargos, até a posse dos nossos eleitos. **Parágrafo 1º** Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo 2º** A investida dos diretores nos cargos far-se-á pôr termo lavrado no livro próprio. Os Diretores exercerão seus mandatos independentemente de caução. Artigo 32º No caso impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo 33º** A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Sociedade e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador (es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação às procurações "ad judicata", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Parágrafo 1º** Dependendo da aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a prestação de avisos, fiancas e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo 34º** Complete à diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo XII - Conselho Fiscal.** Artigo 35º A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuará no exercício de seus cargos, até a posse dos nossos eleitos. **Parágrafo 1º** Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo 2º** A investida dos diretores nos cargos far-se-á pôr termo lavrado no livro próprio. Os Diretores exercerão seus mandatos independentemente de caução. Artigo 36º No caso impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo 37º** A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Sociedade e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador (es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação às procurações "ad judicata", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Parágrafo 1º** Dependendo da aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a prestação de avisos, fiancas e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo 38º** Complete à diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo XIII - Conselho Fiscal.** Artigo 39º A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos com a designação de direto

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.					
CNPJ/MF nº 09.395.349/0001-44 – NIRE 35.300.654.641					
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)					
BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
2024	2023		2024	2023	
Ativo		Passivo	Receita operacional líquida	25.338	27.738
Circulante		Circulante	Custo de geração de energia	(16.404)	(15.452)
Caixa e equivalentes de caixa	5.539	2.778 Contas a pagar	Lucro bruto	8.934	12.286
Contas a receber	1.276	1.304 Impostos e contribuições a recolher	Despesas operacionais		
Despesas antecipadas	569	387 Dividendos a pagar	Gerais e administrativas	(4.769)	(2.486)
Estoques	2.403	2.419 Arrendamento Mercantil - CP	Outras despesas operacionais	(147)	(46)
Impostos a recuperar	63	202 Outras contas a pagar		(4.916)	(2.532)
Outras contas a receber	–	20 Total do passivo circulante	Lucro antes do resultado financeiro	4.018	9.754
Total do ativo circulante	9.850	7.110 Não circulante	Resultado financeiro		
Não circulante		Provisões para contingências	Receitas financeiras	284	489
Imobilizado	189.827	195.247 Arrendamento	Despesas financeiras	(429)	(188)
Arrendamento	–	120 Patrimônio líquido	IRPJ e CSLL	(145)	301
Depósitos judiciais	125	113 Capital social	Lucro antes do IRPJ e da CSLL	3.873	10.055
Total do ativo não circulante	189.952	195.480 Reserva de lucros	Corrente	(918)	(1.196)
Total do ativo	199.802	202.590 Total do patrimônio líquido	Lucro do exercício	2.955	8.859
DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados
Saldos em 31/12/2022		176.333	4.439	16.639	–
Declaração de dividendos ocorridos no exercício		–	–	(14.872)	–
Lucro do exercício		–	443	–	8.859
Reserva de capital		–	–	(443)	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	(2.104)	(2.104)
Constituição de reserva de retenção de lucros		–	–	6.312	(6.312)
Saldos em 31/12/2023		176.333	4.882	8.079	–
Cancelamento de dividendos declarados		–	–	2.104	2.104
Lucro do exercício		–	–	2.955	2.955
Reserva de capital		–	148	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	(702)	(702)
Constituição de reserva de retenção de lucros		–	–	2.105	(2.105)
Reserva de dividendos complementares		–	–	–	–
Saldos em 31/12/2024		176.333	5.030	12.288	–
DIRETORIA					
Sergio Ricardo de Marcon Fonseca	Benoit Marie Jean de Galzain	Bruno Álvarez Fabozi	Hamilton Ferreira da Silva		
Diretor	Gerente Financeiro	Contador - CRC: SP-291800-0/0	Controller - CRC: ISP-217225-0		

Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S.A.					
CNPJ/MF nº 12.412.280/0001-24 – NIRE 35.300.654.625					
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)					
BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
2024	2023		2024	2023	
Ativo		Passivo	Receita operacional líquida	7.232	4.932
Circulante		Circulante	Custo de geração de energia	(4.706)	(3.511)
Caixa e equivalentes de caixa	1.968	1.061 Contas a pagar	Lucro bruto	2.526	1.421
Contas a receber	352	276 Impostos e contribuições a recolher	Despesas operacionais		
Despesas antecipadas	134	85 Dividendos a pagar	Gerais e administrativas	(1.181)	(700)
Estoques	369	510 Arrendamento mercantil	Outras despesas operacionais	(62)	(133)
Impostos a recuperar	10	19 Total do passivo circulante		(1.243)	(833)
Total do ativo circulante	2.833	1.951 Não circulante	Lucro antes do resultado financeiro	1.283	588
Não circulante		Provisão de contingências	Resultado financeiro		
Imobilizado	54.881	56.358 Total do passivo circulante	Receitas financeiras	90	186
Ativo de direito de uso	–	139 Arrendamento mercantil	Despesas financeiras	(15)	(10)
Total do ativo não circulante	54.881	56.403 Capital social	IRPJ e CSLL	75	176
Total do ativo	57.714	58.354 Reserva de lucros	Lucro antes do IRPJ e da CSLL	1.358	764
		Total do patrimônio líquido	Corrente	(296)	(196)
		56.716	53.938 Total líquido do exercício	1.062	568
DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados
Saldos em 31/12/2022		49.652	1.147	6.837	–
Declaração de dividendos ocorridos no exercício		–	–	(4.131)	–
Lucro do exercício		–	28	–	568
Constituição de reserva legal		–	–	(135)	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	405	(135)
Constituição de reserva de retenção de lucros		–	–	(405)	–
Saldos em 31/12/2023		49.652	1.175	3.111	–
Cancelamento de dividendos declarados		–	–	1.968	–
Lucro do exercício		–	–	1.062	1.062
Constituição de reserva legal		–	53	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	(252)	(252)
Constituição de reserva de retenção de lucros		–	–	757	–
Saldos em 31/12/2024		49.652	1.228	5.836	–
DIRETORIA					
Sergio Ricardo de Marcon Fonseca	Benoit Marie Jean de Galzain	Bruno Alvarez Fabozi	Hamilton Ferreira da Silva		
Diretor	Gerente Financeiro	Contador - CRC: SP-291800-0/0	Controller - CRC: ISP-217225-0		

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

**DATA
MERCANTIL**

São Paulo

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/07/2025

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



S2 Investimentos Ltda.
CNPJ/ME nº 52.098.649/0001-90 - NIRE nº 35262147881

Primeira Alteração do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes a seguir qualificadas: **Erick Dantas Singh**, brasileiro, solteiro, Administrador, portador da cédula de identidade RG nº 46.923.775-2 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 353.066.258-51, residente e domiciliado à Rua Enezio Campos, nº 70, Casa, CEP 07609-260, Mariporã – São Paulo, e **Helder Augusto da Silva Júnior**, brasileiro, solteiro, Empresário, portador da cédula de identidade RG nº 64.440.406-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 023.809.161-95, residente e domiciliado à Rua Pinduca Soares, nº 350, conj 08, CEP 18150-000, Ibiúna – São Paulo. Unicos sócios quotistas da **S2 Investimentos Ltda.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 52.098.649/0001-90, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Conselheiro Ramalho, nº 376, apto 206 – Bela Vista, CEP 01325-000, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 35262147881 (a "Sociedade"). **Resolvem**, de pleno e comum acordo, alterar e consolidar o presente Contrato Social, mediante os Artigos e condições a seguir articuladas: I. Aprovada a transformação em Sociedade por Ações da Sociedade S2 Investimentos Ltda., na forma dos artigos 220, 221 e 222 da Lei 6.404/1976; II. Aprovada a alteração do nome empresarial da Sociedade para S2 Investimentos S.A. III. Aprovada a alteração do objeto social da Sociedade, que passa a ser: A Sociedade tem por objeto social (i) prestação de serviços de gestão profissional de recursos, de títulos e valores mobiliários de terceiros, sujeitos a fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); (ii) consultoria em investimentos e consultoria financeira; (iii) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista e/ou sob qualquer outra forma; e (iv) a realização de investimentos financeiros próprios em mercados regulados. IV. Aprovado o aumento de capital da Sociedade dezenas atuais R\$10.000,00 (dez mil reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, representado por 10.000 (dez mil) quotas, por R\$1.000,00,00 (um milhão de reais), subscrito a ser integralizado em até prazo de 12 (doze) meses em moeda corrente nacional, representado por 1.000,000 (um milhão) de ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal. V. Aprovada a alteração do endereço da sede da Sociedade para Rua das Olimpíadas, nº 205, conjunto 21 (parte), Edifício Continental – Vila Olímpia, CEP 04551-000, São Paulo-SP. VI. Em consequência da transformação do tipo de sociedade, o contrato social passa a ser substituído por um Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com o seguinte teor:

Estatuto Social – Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto e Duração: **Artigo 1º** – A S2 Investimentos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, de capital fechado, que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável. **Artigo 2º** – A Companhia tem sua sede na Cidade e Estado de São Paulo, Rua das Olimpíadas, nº 205, conjunto 21 (parte), Edifício Continental – Vila Olímpia, CEP 04551-000, e pode, por deliberação dos sócios, abrir, manter e fechar filiais, escritórios, depósitos ou agências de representações, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, atribuindo-lhes capital separado para fins fiscais, sempre observando a legislação em espécie, por deliberação da Diretoria, independentemente da autorização da Assembleia Geral. **Artigo 3º** – A Companhia tem por objeto social (i) prestação de serviços de gestão profissional de recursos, de títulos e valores mobiliários de terceiros, sujeitos a fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); (ii) consultoria em investimentos e consultoria financeira; (iii) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista e/ou sob qualquer outra forma; e (iv) a realização de investimentos financeiros próprios em mercados regulados. **Artigo 4º** – O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações:** **Artigo 5º** – O capital social da Companhia é de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), totalmente subscrito, dividido por 1.000,000 (um milhão) ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal. **Parágrafo primeiro** – Os sócios subscrevem a totalidade das ações do capital social e se comprometem a integralizá-lo em moeda corrente nacional em até 12 meses contados da assinatura do presente instrumento. **Parágrafo segundo** – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas ações, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. **Parágrafo terceiro** – Cada ação confere o direito a uma votação nas assembleias sociais da Companhia. **Parágrafo quarto** – As ações são indivisíveis perante a Companhia, que não lhes reconhecerá mais que um proprietário para cada unidade. **Parágrafo quinto** – É vedado aos sócios caucionar, penhorar ou de qualquer forma onerar suas ações, no total ou em parte, salvo em favor de outro sócio e com a aprovação dos sócios representando a maioria do capital social. **Artigo 6º** – A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social no limite de 50.000,00 (cinquenta milhões) de ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação dos sócios, que fixará as condições da emissão, o preço e as condições de integralização. **Parágrafo primeiro** – Os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações decorrentes do aumento do capital social, fixando-se o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da sua deliberação, como limite para o exercício deste direito. **Artigo 7º** – A Companhia poderá adquirir as próprias ações a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação, no limite do saldo de lucros acumulados e reservas de lucros, exceto a reserva legal, observada as disposições legais. **Artigo 8º** – A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá criar a qualquer tempo, outras classes de ações. **Capítulo III – Da Administração da Sociedade:** **Artigo 9º** – A Companhia será administrada por uma Diretoria. **Artigo 10º** – A Diretoria da Companhia será composta por até 6 (seis) Diretoiros, (i) 1 Diretor Presidente; 2 (dois) Diretores Executivos e 3 (três) Diretores Sem Designação Específica, acionistas ou não, residentes no País, eleitos por Assembleia Geral de Acionistas, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. **Parágrafo primeiro** – Os membros da Diretoria serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, devendo permanecer em exercício até a investidura de sucessores. Os diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. **Parágrafo segundo** – O exercício do cargo de Diretor cessa pela destituição, a qualquer tempo, do titular, ou pelo término do mandato, se não houver reconduta. A renúncia torna-se eficaz, em relação à Companhia, desde o momento em que esta conhecer da comunicação escrita do renunciante, produzindo todos os efeitos perante terceiros. **Parágrafo terceiro** – A Assembleia Geral Ordinária fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Companhia. **Artigo 11º** – A substituição dos Diretores, no caso de ausência ou impedimento temporário, ou ainda por renúncia, morte ou incapacidade, será imediatamente convocada Assembleia Geral para preenchimento do cargo em caráter definitivo, observado o disposto em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, se aplicável. **Parágrafo único** – O diretor que for designado nos termos deste artigo exercerá as suas funções pelo prazo restante do mandato do diretor que foi substituído. **Artigo 12º** – Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei, a Assembleia Geral, e este Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, incumbindo-lhe a administração e gestão dos negócios e atividades da Companhia, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou pelo presente Estatuto Social, seja atribuída a competência do Conselho de Administração ou à Assembleia Geral. **Parágrafo único** – Os poderes da Diretoria compreendem aqueles suficientes para: (i) Zelar pela observância da Lei e deste Estatuto Social; (ii) Zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas próprias reuniões; (iii) Elaborar o Relatório Anual da Administração, as demonstrações financeiras da Companhia, o Orçamento e o Plano de Negócios anuais da Companhia; (iv) Preparar os relatórios consolidados semanais e mensais administrativos da Companhia; (v) Administrar, gerir e supervisionar os negócios sociais da Companhia; (vi) Emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; (vii) Submeter às Assembleias Gerais, as propostas de destinação de lucros e de pagamento de dividendos, ou outras distribuições da Companhia, que não estejam previstas neste Estatuto Social; (viii) Assinar contratos, contrair empréstimos e financiamentos, alienar, adquirir, hipotecar, ou, de qualquer modo, onerar bens da sociedade, móveis, imóveis e outros direitos; (ix) Promover, quando necessário, a alienação ou oneração dos bens do ativo da Companhia e a prestação de garantias em obrigações assumidas pela Companhia ou por sociedades direta e ou indiretamente controladas pela Companhia ou por seus acionistas; (x) Aceitar, sacar, endossar e avalizar documentos cambiais, duplicatas, cheques, notas promissórias e quaisquer outros títulos de créditos que impliquem responsabilidade para a Companhia; (xi) Praticar todos os atos necessários para abertura de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país ou no exterior; (xii) Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias; (xiii) Representar a Companhia, ativa e passivamente, em juiz ou fora dele, respeitadas as disposições previstas neste Estatuto Social, nos limites de suas atribuições; (xiv) Implementar o Acordo de Acionistas e assegurar que os administradores e funcionários da Companhia o cumpram. **Artigo 13º** – A representação da Companhia, em juiz ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, ou perante quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, nos atos de aquisição, alienação ou oneração de bens e direitos da sociedade, bem como nos atos e operações de gestão ordinária dos negócios sociais, tais como a assinatura de escrituras de qualquer natureza, letras de câmbio, cheques, ordens de pagamento, contratos e, em geral, quaisquer outros documentos ou atos que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros, e ainda, o aceite, o endoso e a avaliação de documentos cambiais, duplicatas ou outros títulos de crédito, serão obrigatoriamente praticados (i) por 2 (dois) Diretores em conjunto, sendo um deles, necessariamente o Sr. Erick Dantas Singh e ou Sr. Helder Augusto da Silva Júnior; (ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos, nomeado na forma prevista no Parágrafo primeiro abaixo; ou (iii) por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, nomeados na forma prevista no Parágrafo primeiro abaixo. **Parágrafo primeiro** – As procurações em nome da Companhia serão outorgadas (i) pelo Diretor Presidente em conjunto com 1 (um) Diretor, ou (ii) por 2 (dois) Diretores em conjunto, sendo um deles, em ambos os casos, necessariamente Sr. Erick Dantas Singh e ou Sr. Helder Augusto da Silva Júnior. Caso o instrumento de mandato não mencione o prazo de vigência, reputar-se-á outorgado por prazo indeterminado, no caso de procuração outorgada para fins judiciais ou para representação em processos administrativos, e pelo prazo de 2 (dois) anos, nos demais casos. **Parágrafo segundo** – A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos na prática dos seguintes atos: (a) representação da Companhia em assembleias e reuniões de sócios de sociedades da qual participa; (b) representação da Companhia em juiz; e (c) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante repartições públicas, sociedades de economia mista, juntas comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza. **Artigo 14º** – São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer dos Diretores ou procuradores, incluindo, mas não se limitando a fianças, avais e endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, exceto se necessários à consecução do objeto social. **Artigo 15º** – A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mas, pelo menos, uma vez por ano. **Parágrafo único** – As atas das reuniões e deliberações serão registradas em livro próprio da Companhia. **Capítulo IV – Das Assembleias Gerais:** **Artigo 16º** – A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia e tem poderes para decidir todos os negócios da Companhia e reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei nº 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que necessário. **Parágrafo primeiro** – As Assembleias Gerais deverão ser convocadas mediante correspondência, com aviso de recebimento ou protocolo, enviado aos acionistas com, no mínimo 15 (quinze dias) de antecedência, devendo os trabalhos ser dirigidos por mesa composta de presidente e secretário, na forma do parágrafo quarto abaixo. **Parágrafo segundo** – Os anúncios ou convites de convocação deverão conter a ordem do dia da reunião, ainda que sumariamente, e designar a dia, a hora e o local para a realização da Assembleia. **Parágrafo terceiro** – Independentemente das formalidades previstas no parágrafo segundo acima e na legislação, ficará dispensada a convocação ali estabelecida e, será considerada regular, a Assembleia Geral que comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo quarto** – As Assembleias Gerais serão presididas pelo acionista escolhido por maioria de votos dos acionistas presentes. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo. **Parágrafo quinto** – As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. **Artigo 17º** – Sem prejuizo das competências atribuídas por lei à Assembleia Geral, compete a esta resolver os casos omissos no presente Estatuto Social, observadas as disposições da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo único** – Salvo deliberação em contrário, as atas serão lavradas, com as assinaturas dos acionistas. **Capítulo V – Conselho Fiscal:** **Artigo 18º** – O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado na forma da Lei nº 6.404/76, e será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. **Parágrafo primeiro** – A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, está condicionada à assinatura de termo de posse. **Parágrafo segundo** – Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito à remuneração fixada pela Assembleia Geral que os elege. **Parágrafo terceiro** – As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lancadas no livro próprio. **Parágrafo quarto** – Os membros do Conselho Fiscal terão os deveres e responsabilidades estabelecidos pela legislação societária em vigor. **Capítulo VI – Exercício Social e Lucros:** **Artigo 19º** – O exercício social iniciará-se em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 20º** – Ao fim de cada exercício social, e no último dia de cada trimestre civil, serão levantadas as demonstrações financeiras previstas nas disposições legais em vigor. **Parágrafo primeiro** – A Companhia poderá declarar dividendos à conta de lucros ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais, semestrais ou trimestrais, que serão considerados antecipação do dividendo mínimo obrigatório a que se refere o artigo 21. **Parágrafo segundo** – A Diretoria poderá ainda determinar o levantamento de balanços mensais e declarar dividendos com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais. **Artigo 21º** – O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: i) (i) 5% para constituição da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; ii) (ii) o necessário, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei nº 6.404/76; e iii) (iii) o valor necessário para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no Artigo 22º deste Estatuto Social. **Artigo 22º** – A Companhia distribuirá como dividendo mínimo obrigatório entre todas as ações, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo único** – Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta da submetida pela administração. **Artigo 23º** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, sempre como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo único** – A Companhia poderá efetuar o pagamento de juros sobre capital próprio a crédito de dividendos anuais ou intermediários. **Capítulo VII – Da Liquidação:** **Artigo 24º** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidiação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidiação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações. **Capítulo VIII – Das Disposições Gerais:** **Artigo 25º** – Nas deliberações a serem tomadas pelos administradores e acionistas deverão observar os acordos de acionistas, se houver, arquivados na sede da Companhia. **Artigo 26º** – Nos casos em que a legislação for omisa ou haja dúvida sobre a lei aplicável, as disposições deste Estatuto Social prevalecerão. VII. Eleição dos membros da Diretoria da Companhia, para um mandato de 3 (três) anos, a contar desta data, como segue: (i) **Erick Dantas Singh**, brasileiro, solteiro, Administrador, portador da cédula de identidade RG nº 46.923.775-2 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 353.066.258-51, residente e domiciliado à Rua Enezio Campos, nº 70, Casa, CEP 07609-260, Mariporã – São Paulo, para o cargo de Diretor Executivo da Companhia. (ii) **Helder Augusto da Silva Júnior**, brasileiro, solteiro, Empresário, portador da cédula de identidade RG nº 64.440.406-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 023.809.161-95, residente e domiciliado à Rua Pinduca Soares, nº 350, conj 08, CEP 18150-000, Ibiúna – São Paulo, para o cargo de Diretor Executivo da Companhia. VIII. Os membros da Diretoria ora eleitos declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fe pública, ou a propriedade. IX. A remuneração global da Diretoria para o exercício de 2023 é de até R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil), por administrador. X. Decidiu-se pela não instalação do Conselho Fiscal da Companhia neste momento. E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas. São Paulo, 29 de setembro de 2023. Sócios e Membros da Diretoria Eleitos: Erick Dantas Singh, CPF: 353.066.258-51; Helder Augusto da Silva Júnior, CPF: 023.809.161-95. Testemunhas: Jeniffer Nolasco de Lima, CPF: 359.168.928-96; Lívia Bertolini, CPF: 315.344.028-02. Advogado: Diego Gomes Dias – OAB/SP nº 370.898. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 430.096/23-9 e NIRE 35.300.626.711 em 13/11/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/07/2025
Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



EPR Participações S.A.

CNPJ/MF nº 48.803.906/0001-70 - NIRE nº 3530060530-6

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de junho de 2025

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 12 (doze) dias do mês de junho de 2025, às 9 horas, horário de Brasília, de forma virtual, por meio de sistema eletrônico de participação remota – “Plataforma Teams”, aplicativo que permite a correta identificação das acionistas, disponibilizado na sede da **EPR Participações S.A.** localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjuntos 23 e 24, Jardim Paulistano, CEP 01451-001 (“Companhia”). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas a convocação, nos termos do parágrafo quarto do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades Por Ações”), em razão da presença das acionistas titulares da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura lançada no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: José Carlos Cassaniga; e Secretário: Enio Stein Junior. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a realização da 2ª (segunda) emissão, pela controlada da Companhia, EPR Infraestrutura MG S.A. (“Emissora”), de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia real e garantia adicional fidejussória, no montante total de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido no Termo de Emissão, a seguir definido) (“Notas Comerciais Escriturais” e “Emissão”, respectivamente), para distribuição privada, nos termos dos artigos 45 e seguintes da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021 (“Lei nº 14.195”), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, acordo com os termos e condições a serem previstos no “Termo da 2ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, de Distribuição Privada, da EPR Infraestrutura MG S.A.”, a ser celebrado entre a Emissora, a Companhia, na qualidade de avalista, o Banco BTG Pactual S.A. (“Titular”), a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Agente de Registro”) e a EPR Via Miniera S.A. (“Concessionária” e “Termo de Emissão”, respectivamente), conforme apresentados aos acionistas; **(ii)** a outorga e constituição, pela Emissora, da Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), na forma do Compartilhamento de Garantias Reais (conforme definido no Termo de Emissão), em garantia das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), nos termos do Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) apresentado aos acionistas; **(iii)** a orientação do voto a ser proferido, pela Companhia, no âmbito da assembleia geral extraordinária da Emissora que deliberar, dentre outros assuntos, sobre os itens **(i)** e **(ii)** acima (“AGE da Emissora”); **(iv)** a outorga e constituição, pela Companhia, do Aval (conforme abaixo definido), em garantia das Obrigações Garantidas, nos termos do Termo de Emissão apresentado aos acionistas; **(v)** a outorga e constituição, pela Companhia, da Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido), na forma do Compartilhamento de Garantias Reais, em garantia das Obrigações Garantidas, nos termos do Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido) apresentado aos acionistas; **(vi)** a outorga de procuração pela Companhia ao Titular, pelo prazo das Obrigações Garantidas, nos termos do Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; **(vii)** autorizar a diretoria da Companhia, bem como seus procuradores, a praticarem todos e quaisquer atos necessários para a negociação dos termos e condições e efetivação da Emissão e outorga das Garantias (conforme abaixo definido) bem como a adotarem todas e quaisquer medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta ata, incluindo, mas não se limitando a: (a) negociar e definir os termos e condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) negociar e celebrar todos os documentos relativos às Notas Comerciais Escriturais e à outorga das Garantias, incluindo, mas não se limitando, ao Termo de Emissão e aos Aditamentos aos Contratos de Garantia (conforme definido abaixo), bem como eventuais aditamentos; e **(viii)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia ou por seus procuradores para a realização da Emissão. **5. Deliberações:** Após exame dos itens constantes da Ordem do Dia, as acionistas deliberaram por unanimidade de votos, sem ressalvas: **5.1.** Aprovar a realização da Emissão das Notas Comerciais Escriturais pela Emissora, para distribuição privada, nos termos dos artigos 45 e seguintes da Lei nº 14.195, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, acordo com os termos e condições a serem previstos no Termo de Emissão, conforme apresentados aos acionistas. **5.2.** Aprovar a outorga e constituição, pela Emissora, para assegurar o fiel, integral e pontual cumprimento de quaisquer das obrigações principais, acessórias e/ou moratórias, presentes e/ou futuras, assumidas ou que venham a ser, perante o Titular no âmbito da Emissão, nos termos do Termo de Emissão, o que inclui, mas não se limita a, o pagamento das Notas Comerciais Escriturais, abrangendo o Valor Nominal Unitário e Remuneração, bem como o resarcimento de todo e qualquer custo, encargo, despesa ou importânciia que comprovadamente venha a ser desembolsada pelo Agente de Registro ou pelo Titular por conta da constituição e/ou aperfeiçoamento das Garantias (conforme definido abaixo), e todos e quaisquer outros pagamentos devidos pela Emissora no âmbito do Termo de Emissão e dos Aditamentos aos Contratos de Garantia, incluindo o pagamento dos custos, comissões, encargos e despesas do Termo de Emissão e a totalidade das obrigações acessórias, tais como, mas não se limitando a, encargos moratórios, multas, penalidades, despesas, custas, honorários extrajudiciais ou arbitrados em juízo, indenizações, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como todo e qualquer custo ou despesa incorrido pelo Titular em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Titular e da execução de garantias prestadas e quaisquer outros acréscimos devidos ao Agente de Registro ou ao Titular, decorrentes do Termo de Emissão e dos Aditamentos aos Contratos de Garantia, devidamente comprovados (“Obrigações Garantidas”), de cessão fiduciária, nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada (“Lei 4.728”) (a) da totalidade dos direitos creditórios, presentes e/ou futuros, devidos e a serem devidos, pela Emissora, contra o Banco Depositário (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), na qualidade de instituição depositária da conta vinculada de movimentação restrita, conforme indicada no Contrato de Cessão Fiduciária (“Conta Vinculada”), bem como a titularidade da Conta Vinculada e todos e quaisquer valores e recursos que venham a ser depositados na Conta Vinculada, ainda que em trânsito ou em processo de compensação bancária, quais sejam todos (1) os dividendos, lucros, frutos, rendimentos, bonificações, direitos econômicos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores efetivamente recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos em decorrência da titularidade de ações de emissão da Concessionária e de ações adicionais relacionadas à futura participação no capital social da Concessionária que, por ventura, venham a acrescentar e/ou substituir a participação societária na Concessionária, independentemente da assinatura de qualquer outro documento ou da prática de qualquer outro ato, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária; e (b) quaisquer títulos e/ou valores mobiliários adquiridos com os recursos depositados na Conta Vinculada, em tempos em tempos, em decorrência do investimento e/ou da aplicação de tais montantes em investimentos permitidos nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária (“Investimentos Permitidos”), bem como quaisquer recursos decorrentes da venda e/ou do resgate de referidos Investimentos Permitidos, assim como os valores enquantos em trânsito ou em processo de compensação bancária (“Cessão Fiduciária”), conforme termos previstos no “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças”, celebrado entre o Titular, a Emissora, o Banco Depositário e a Concessionária, na qualidade de interveniente auente, em 20 de junho de 2024 (“Contrato de Cessão Fiduciária Original”), conforme aditado por meio do “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças”, a ser celebrado entre o Titular, a Emissora, o Banco Depositário e a Concessionária, na qualidade de interveniente auente (“Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária” e, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária Original, o “Contrato de Cessão Fiduciária”) sendo certo que a Cessão Fiduciária é objeto do Compartilhamento de Garantias Reais. **5.3.** Aprovar a manifestação de voto favorável a ser proferido pela Companhia no âmbito da AGE da Emissora. **5.4.** Aprovar a outorga e constituição, pela Companhia, de garantia fidejussória, na forma de aval, em garantia ao fiel, pontual e integral adimplemento das Obrigações Garantidas (“Aval”), nos termos do Termo de Emissão. Os demais termos e condições do Aval estarão dispostos no Termo de Emissão. **5.5.** Aprovar a outorga e constituição, pela Companhia, em garantia ao fiel, pontual e integral adimplemento das Obrigações Garantidas, da alienação fiduciária (a) da totalidade das ações ordinárias e preferenciais (presentes e futuras), de titularidade da Companhia, de emissão da Emissora, representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Emissora, incluindo todos os direitos e ativos relacionados a tais ações (“Ações Alienadas Fiduciariamente”); (b) de todas as novas ações ordinárias e preferenciais de emissão da Emissora que venham a ser por ela emitidas e subscritas ou adquiridas no futuro durante a vigência do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, bem como quaisquer bens em que as Ações Alienadas Fiduciariamente sejam convertidas, inclusive em quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários, e todas as ações de emissão da Emissora que sejam porventura atribuídas à Companhia, ou eventuais sucessores legais, incluindo mas não se limitando, por meio de bonificações, desmembramentos ou grupamentos de ações, consolidação, fusão, aquisição, permuta de ações, divisão de ações, conversão de debêntures, reorganização societária, as quais, caso sejam emitidas, subscritas ou adquiridas, integrarão e passarão a estar automaticamente alienadas fiduciariamente nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e que passarão a ser incluída na definição de “Ações Alienadas Fiduciariamente”; e (c) dos direitos, frutos e rendimentos decorrentes das Ações Alienadas Fiduciariamente da Emissora, inclusive, mas não se limitando aos direitos a todos os lucros, dividendos, juros sobre capital próprio, reduções de capital, rendas, distribuições, provenientes e quaisquer outros valores creditados, pagos, distribuídos ou por outra forma entregues, ou a serem creditados por qualquer razão, à Companhia em relação às Ações Alienadas Fiduciariamente, bem como todos os direitos a quaisquer pagamentos relacionados às Ações Alienadas Fiduciariamente que possam ser considerados frutos, rendimentos, remuneração ou reembolso de capital (“Alienação Fiduciária de Ações”) e, em conjunto com a Cessão Fiduciária, as “Garantias Reais”, e em conjunto com o Aval, as “Garantias”), nos termos previstos no “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças sob Condicione Suspensiva”, celebrado entre a Companhia, o Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, fundo de investimento em participações em infraestrutura, constituído na forma de condômino fechado, inscrito perante o CNPJ/MF sob o nº 46.375.484/0001-54 (“FIP Voyager”), o Titular e a Emissora, na qualidade de interveniente auente (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Original”), conforme aditado por meio do “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças” a ser celebrado entre a Companhia, o FIP Voyager, o Titular e a Emissora na qualidade de interveniente auente (“Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações” e, em conjunto com o Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária, os “Aditamentos aos Contratos de Garantia”, e quando em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Original, o “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações”), sendo os Aditamentos aos Contratos de Garantia, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os “Contratos de Garantia”, sendo certo que a Alienação Fiduciária de Ações é objeto do Compartilhamento de Garantias Reais. **5.6.** Aprovar a outorga de procuração, pela Companhia, ao Titular, pelo prazo das Obrigações Garantidas, nos termos do Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações. **5.7.** Autorizar a diretoria da Companhia, bem como seus procuradores, a praticarem todos e quaisquer atos necessários para a negociação dos termos e condições e efetivação da Emissão e outorga das Garantias, bem como a adotarem todas e quaisquer medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta ata, incluindo, mas não se limitando a: (a) negociar e definir os termos e condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) celebrar todos os documentos relativos às Notas Comerciais Escriturais e à outorga das Garantias, incluindo, mas não se limitando, ao Termo de Emissão e aos Aditamentos aos Contratos de Garantia, bem como eventuais aditamentos. **5.8.** Aprovar a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou por seus procuradores relacionados à Emissão e/ou à outorga das Garantias. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações. Após a lavratura da ata desta assembleia, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada digitalmente, de acordo com o previsto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Autorizada a publicação da presente ata com omissão das assinaturas das acionistas. São Paulo, 12 de junho de 2025. Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio. Mesa: José Carlos Cassaniga, Presidente da Mesa; Enio Stein Junior, Secretário. **Acionistas:** Equipav Rodovias Participações e Administração S.A., Por: Danilo Dias Garcez de Castro Doria e Luiz Felipe Setten Fustaino. Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura. Por: Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker (Carneiro e Carolina Maria Rocha Freitas. JUCESP nº 226.574/25-8 em 15/07/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br



Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

**DATA
MERCANTIL**

São Paulo



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/07/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

